



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

**SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SOCIOAMBIENTAL:
CONTEXTO DE MUDANÇAS E IMPACTOS NA QUESTÃO SOCIAL**

CARINA FREITAS DOS SANTOS

SALVADOR- BA
2020

CARINA FREITAS DOS SANTOS

**SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SOCIOAMBIENTAL:
CONTEXTO DE MUDANÇAS E IMPACTOS NA QUESTÃO SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dr^a Maura Espinheira Avena

SALVADOR - BA
2020

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelas diversas vezes que me mostrou que estaria comigo todos os dias até a consumação dos séculos Mt, 28,20. E como me confortou nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, Crisélcio Santos e Efigênia Freitas que sempre estiveram presentes em todas as minhas jornadas, me aconselhando, se preocupando, e me sustentando, mesmo com tantas angústias durante os cinco anos de formação, para que hoje eu pudesse dizer, sim. Eu sou uma assistente social.

Aos meus irmãos, Tarcísio Freitas e Gustavo Freitas, que tanto contribuíram para minha transformação pessoal e profissional mesmo sem saberem disto.

Agradeço a Dialogue Sustentabilidade, que me abraçou por maravilhosos e desafiantes dois anos e sete meses de um jeito tão sensível e preocupado contribuindo significativamente para o meu crescimento profissional, mas também pessoal. E particularmente agradeço a Isaura Moreno e Patrícia Gavazza por serem desde o nosso primeiro contato as pessoas que para mim são um exemplo profissional. Mas também a Geisa Fonseca, que mesmo não sendo assistente social contribuiu significativamente para este processo. Eu sou porque vocês são!

A Maura Espinheira Avena, minha orientadora, que com sua rigorosidade e preocupação trilhou comigo este caminho tortuoso da construção monográfica, não me deixando desistir e nem desistindo mesmo com tantas dificuldades que este momento pandêmico provocou.

A Maristela Gomes e Ivone Pires, que são a representação de todo este meu processo formativo, e que me deram a honra de tê-las na banca examinadora deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Também agradeço a cada professor e professora da Faculdade Hélio Rocha e da Universidade Católica do Salvador que me apresentaram o Serviço Social, e que acreditaram no potencial que em mim existe, sendo hoje grandes parceiras (os) e amigas (os).

As colegas e amigas que compartilharam das dores e delícias da formação acadêmica, através do suporte mútuo e perseverança, por acreditarmos em uma sociedade melhor e que temos muita a contribuir nesta construção.

Não poderia deixar de agradecer ao Serviço Social esta profissão que para mim foi um divisor de águas ao me ensinar a ver o mundo com um olhar mais crítico, reflexível, politizador e sensível.

Mas também agradeço a cada pessoa que diretamente e indiretamente contribuiu para que hoje esta monografia e a minha formação estivesse concluída mas não acabada.

E por fim, agradeço a Carina Freitas, por, mesmo com toda ansiedade, receios, medos, entraves e cobranças, ter se permitido (des) construir para reconstruir, e por ter arriscado e acreditado em um “Projeto Absurdo” para nossa sociedade.

“Crer num projeto absurdo. Crer, coisa de outro mundo. Ver muito além da fronteira. Ser estandarte e bandeira. [...] Sou mais que um homem eu sou multidão, sou muitas mãos.”
Grupo Opa

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Investimentos no MMA	21
Gráfico 2 - Orçamento Previsto - MMA.....	22

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CEP/UCSAL	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CGU	Controladoria Geral da União
CNS/MS	Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde –
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EIA	Estudos de Impactos Ambientais
ESSUCSAL	Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador
HPA	Hidrocarbonetos poliaromáticos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
MG	Minas Gerais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PNC	Plano Nacional de Contingência
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CONTEXTOS E HISTÓRIA: CONSTITUIÇÃO DO SER SOCIAL, CAPITALISMO E MEIO AMBIENTE.....	12
2.1 Contextualização Sócio-Histórica Da Dimensão Socioambiental	15
3. O CAMPO SOCIOAMBIENTAL E A QUESTÃO SOCIAL.....	24
3.1 Especificidade do Serviço Social no Campo Socioambiental	30
4. PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE DE DADOS.....	38
4.1 Caracterização da Instituição e Metodologia.....	38
4.2 Apresentação e Análise de Dados	42
4.2.1 Relação homem-natureza	42
4.2.2 Especificidade profissional: desafios e limites do campo socioambiental.....	45
4.2.3 Papéis societários	47
4.2.4 Questão social e contexto pandêmico.....	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICE A - Questionário	62
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista	63
APÊNDICE C - Termo de consentimento livre e esclarecido	64
ANEXO 1 – Submissão ao CEP/UCSAL.....	66

RESUMO:

A referida pesquisa é decorrente da experiência vivida no campo de estágio supervisionado em Serviço Social na empresa privada Dialogue Sustentabilidade, instituição atuante no campo socioambiental, que possibilitou a reflexão acerca das possibilidades da prática profissional de assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional, pouco discutida no âmbito acadêmico enquanto área da profissão. Para tanto, são explorados aspectos como o processo de acumulação capitalista e o seu reflexo na criação e agudização das expressões da questão social, apresentando-se a contextualização sócio-histórica brasileira, principalmente dos últimos cinco anos, com foco na Política de Meio Ambiente. Foram desenvolvidas entrevistas semiestruturadas com duas assistentes sociais que trabalham na referida empresa no período de outubro e novembro de 2020. Os dados coletados foram transcritos e separados por eixos temáticos de análise. Para a interpretação e estudo foi utilizada a análise de conteúdo de Laurence Bardin. A partir da pergunta de pesquisa e dos objetivos propostos, que direcionaram nosso estudo, foi possível chegar a alguns resultados como: que a prática profissional neste espaço sócio-ocupacional apresenta inúmeros desafios e limites, mas, que a transformação social tão almejada é possível de ser realizada, além de ser fundamental a compreensão da responsabilidade dos diversos protagonistas sociais envolvidos nas relações sociais estudadas de modo a se chegar a construção de uma sociedade sustentável.

Palavras-chave: Serviço Social. Campo socioambiental. Questão social. Sociedade sustentável.

ABSTRACT:

This research is a result of the experience lived in the supervised internship field in Social Work at the private company Dialogue Sustainability, an institution active in the socioenvironmental field, which made it possible to reflect on the possibilities of the professional practice of social workers in this socio-occupational space, little discussed in the academic scope as an area of the profession. To this end, aspects such as the process of capitalist accumulation and its reflection in the creation and sharpening of the expressions of the social issue are explored, presenting the Brazilian socio-historical context, mainly from the last five years, focusing on the Environment Policy. Semi-structured interviews were developed with two social workers who work at the company in the period from October to November 2020. The data collected were transcribed and separated by thematic axes of analysis. For the interpretation and study, Laurence Bardin's content analysis was used. From the research question and the proposed objectives, which guided our study, it was possible to arrive at some results such as: that professional practice in this socio-occupational space presents numerous challenges and limits, but that the social transformation so desired is possible be carried out, in addition to understanding the responsibility of the various social actors involved in the social relationships studied in order to arrive at the construction of a sustainable society.

Keywords: Social Work. Socio-environmental field. Social issues. Sustainable society.

1. INTRODUÇÃO

A temática abordada neste trabalho monográfico teve origem na prática de estágio obrigatório e não obrigatório na empresa privada chamada Dialogue Sustentabilidade, que atua no campo socioambiental. Esta empresa desenvolve ações que perpassam pela consultoria, planejamento, execução e coordenação de projetos, etc., ampliando as opções de relacionamento positivo entre as partes interessadas, ou seja: órgãos públicos, empresas privadas e terceiro setor.

Autores como Nunes (2018) vão elucidar a inserção do Serviço Social neste campo, apresentando que seu trabalho pode estar:

[...] vinculado à gestão socioambiental pública ou privada; às instituições causadoras de impacto socioambiental; atuando nas situações de desastre; nos processos de remoção; em projetos de Educação Ambiental; na mobilização comunitária e assessoria aos catadores de materiais recicláveis, marisqueiras, pescadores e demais comunidades tradicionais; na elaboração de diagnóstico socio- econômico e ambiental. (NUNES, 2018, p.221)

No último quinquênio o campo socioambiental foi afetado por diversas mudanças. Dentre elas podemos elencar: a diminuição de controle ambiental, abrindo possibilidades para o aumento do desmatamento florestal; deficiência do cuidado aos povos indígenas; transferência da responsabilidade pela demarcação de terras para o Ministério da Agricultura; autorização para uso de mais de cem novos agrotóxicos, que em parte são considerados nocivos à população; extinção da Secretaria de Mudanças do Clima; desastres e crimes ambientais, entre outras. Estas mudanças, ou pelo menos a maioria delas, tiveram um caráter negativo, além de evidenciar que há uma atenção deficitária para com as questões socioambientais, afrouxando assim o controle ambiental.

Objetivando discutir sobre tais aspectos, na tentativa de responder quais são as possibilidades de atuação do Serviço Social na área socioambiental, considerando as refrações da questão social na atual conjuntura, este relatório monográfico se divide em cinco capítulos, sendo este a introdução, primeiro capítulo, no qual abordamos a origem e a escolha do tema.

No segundo capítulo, exploramos o contexto histórico, social e político do Brasil nos cinco últimos anos, com foco na política de meio ambiente, retratando: a

relação do homem com a natureza, o processo de industrialização e emergência do capitalismo. Além de abordarmos as legislações socioambientais, demonstrando as ações governamentais dos últimos cinco anos que estimularam as fragilizações na área socioambiental.

Em seguida, no capítulo três, tratamos das expressões da questão social (objeto de investigação e intervenção do Serviço Social), como consequência do processo de acumulação capitalista, que se encontra alicerçado na exploração, aumento de desigualdades sociais e degradações ambientais, dando ênfase a sua decorrência na esfera socioambiental, e apresentando a atuação do Serviço Social neste âmbito.

No quarto capítulo, inserimos aspectos relativos à atuação no campo de estágio na empresa Dialogue Sustentabilidade, os procedimentos metodológicos desenvolvidos na pesquisa e, posteriormente, apresentamos as análises dos dados obtidos nas entrevistas aplicadas com duas assistentes sociais da instituição que foi selecionada para o desenvolvimento da pesquisa.

Por fim, no quinto capítulo, apresentamos as considerações finais, enfatizando a importância de todos os entes societários se reconhecerem enquanto protagonistas na construção de uma sociedade sustentável, bem como, a necessária análise crítica das (os) assistentes sociais acerca das inúmeras possibilidades de espaços sócio-ocupacionais que se apresentam à prática profissional, e os limites e desafios enfrentados durante a pesquisa.

2. CONTEXTOS E HISTÓRIA: CONSTITUIÇÃO DO SER SOCIAL, CAPITALISMO E MEIO AMBIENTE

Neste capítulo trataremos uma visão da estruturação societária ao longo dos anos mediante o advento do capitalismo e suas incidências. Visando que seja alcançada uma reflexão de como as dimensões que compõem as relações sociais devem ser entendidas em constante inter-relação.

No processo de constituição do ser social, o homem buscou humanizar-se através das relações estabelecidas por meio do trabalho, para “atender” as necessidades de reprodução da sua existência. No desenvolver do trabalho o homem transforma a natureza e conseqüentemente é transformado.

Barroco (2009, p4) afirma que:

o trabalho é a base ontológica primária da vida social; mediação que efetiva objetiva e subjetivamente o intercâmbio entre os homens e a natureza, pondo em movimento um processo incessante de (re) criação de novas necessidades; ampliando os sentidos humanos, instaurando atributos e potencialidades especificamente humanas. (BARROCO, 2009, p4)

Contudo, o homem foi se distanciando da natureza, passando a compreendê-la não mais como uma esfera que está atrelada à sua constituição social, econômica, política e cultural, mas sim como um objeto que deve ser explorado.

Na sua formação o homem constrói a sua identidade e subjetividade a partir da relação com o outro e com o meio em que vive. Díaz (2002, p.31) descreve que esta relação do homem com o meio, ao longo da história, está impregnada por uma concepção de superioridade e domínio, denominada de antropocentrismo. Entendendo, que o meio ambiente é algo alheio à sua própria identidade, ou seja, o homem se vê externo ao seu próprio meio.

Outros autores como Leal (2008, p4) afirmam que esta nova forma de relação entre homem e natureza é chamada de “segunda natureza”, aquela que foi modificada pelo homem apresentando: seus solos pavimentados, rios canalizados e vegetação nativa devastada, muito diferente da “primeira natureza” que esbanjava sua paisagem natural.

Pode-se pensar que ao trazermos estes dados buscamos que a sociedade volte à concepção daqueles que defendem o retorno a atitudes “primitivas” de cultivo, vida e organização social, como algumas comunidades tradicionais, como

por exemplo, os povos indígenas. No entanto, é válido refletir que o modo de vida destas comunidades não caracteriza um retrocesso do nosso suposto desenvolvimento, pois assim estaríamos pregando uma visão etnocêntrica da qual uma determinada cultura é superior ou mais evoluída do que outra. E este não é o princípio no qual acreditamos, mas sim de que podemos aprender como readaptar a nossa forma produtiva de modo que as nossas ações reflitam a sustentabilidade.

Como consequência, percebemos atualmente que o meio ambiente é entendido, por boa parte da nossa sociedade, de uma forma um tanto equivocada, resumindo-o estritamente à dimensão da natureza enquanto fauna e flora. Entretanto, esta definição vai muito além, compondo assim um processo dialético.

Compreendemos que as relações entre homem e natureza não são e não podem ser restringidas a uma dimensão meramente ambiental, mas sim, mostra-se permeada por diversos fatores sociais que a constituem. Por isso, passaremos a abordar o termo socioambiental para descrever esta dimensão.

Não podemos discutir as ações provocadas à questão socioambiental sem levar em conta que elas estão intimamente relacionadas ao processo de acumulação capitalista, levando ao surgimento e agravamento de manifestações da questão social, impondo, como retrata Nunes *apud* Silva (2013, p18), a destrutividade ambiental e social como ‘condição’ para sua auto reprodução.

Estudos como de Silva (2012) e Leal, Farias e Araújo (2008) apontam que em meados do século XVIII o mundo passou a vivenciar uma transformação na sua forma produtiva, passando de uma linha mais artesanal para a industrial. Dando origem ao marco histórico da Revolução Industrial. E esta mudança foi provocada pela necessidade de aumento da acumulação de capital, otimização do tempo de trabalho, e aceleração da produção.

Porém, a revolução agudizou as mazelas já existentes e criou outras ao exigir da população que, acostumada com uma forma mais artesanal de trabalho, pudesse se adaptar a essa nova forma de: venda da força de trabalho, não pertencimento dos meios de produção, altas taxas de desemprego, nenhum ou pouco direitos trabalhistas, condições precárias de saúde e saneamento básico, jornadas extensivas de trabalho, etc.

Mas um fator que não podemos deixar de elucidar é que as degradações ambientais já existiam antes mesmo da Revolução Industrial. Detritos, por exemplo, eram jogados em rios e lagos, porém como ocorriam em quantidades bem menores,

a própria natureza com a sua característica auto regenerativa, dava conta de purificar novamente as águas. Contudo, com o advento fabril, os níveis de despejos em correntes naturais de água aumentaram consideravelmente sem um devido cuidado e atenção, e apresentando elementos químicos não biodegradáveis. Aqueles que não são decompostos pela natureza. Ficando cada vez mais difícil do ciclo natural de purificação acontecer.

Com o passar dos anos novos modos de produção foram se instalando na sociedade como: o taylorismo, com a maximização do rendimento do trabalhador, o fordismo, produção em massa, e o toyotismo, com a acumulação flexível. E o que elas têm em comum? Todas buscam produzir mais, em menos tempo, com menores custos, e não importando quais consequências negativas sejam acarretadas.

Além de a industrialização ser acompanhada do processo de inchaço dos grandes centros urbanos, trazendo impactos como: poluição do ar, sonora, visual e hídrica; destruição dos recursos naturais; desintegração social; desemprego; perda de identidade cultural e de produtividade econômica, (LEAL, 2008, p.2), a diminuição dos investimentos nas atividades rurais e de pequenos agricultores foi acentuada, dando lugar à praticidade pregada pelas indústrias.

Se a urbanização diretamente cria ambientes que são avaliados como positivos a saúde e ao bem-estar das pessoas, ao mesmo tempo gera efeitos que podem promover a destabilização do ecossistema. Muitos impactos indiretos encontram-se associados a urbanização normalmente imprevistos e não planejados, ocasionando consequências positivas ou negativas, tanto a curto como a longo prazo. (LEAL, 2008, p.3)

Cabe ressaltar que embora houvesse a migração de trabalhadores para as áreas urbanas, a instalação de diversas indústrias de ramos como: geração de energia, produtos químicos, extração mineral, etc., se dão em áreas distantes das grandes cidades, em que não se encontram uma grande quantidade populacional, mas que trazem abalos socioambientais às estas localidades.

O capitalismo se mantém através de diversos fatores como: exploração da classe trabalhadora, acentuação da mais-valia, desigualdades sociais e estimulação do exército de reserva. E tudo isso incide diretamente na vida dos trabalhadores e na formação da sociedade.

Como relatado anteriormente, o trabalho é aspecto fundante da constituição do ser social, caracterizando-se como um espaço em que o homem institui suas

relações sociais e pode se reconhecer. Entretanto, ao longo da história e com o surgimento do capitalismo, o homem foi cada vez mais se distanciando do resultado de suas produções, não sendo mais o detentor dos meios de produção, se deslocando do campo para as grandes cidades, e teve o seu trabalho fragmentado e sistematizado. Assim sendo, foi perdida a possibilidade deste se reconhecer no trabalho realizado.

Não podemos desconsiderar que com o surgimento do capitalismo inúmeros avanços foram adquiridos. Mas, devemos refletir de como esses avanços foram alcançados e como podemos implantar um sistema que garanta a sustentabilidade e a qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

2.1 Contextualização Sócio-Histórica da Dimensão Socioambiental

As discussões sobre um desenvolvimento sustentável são recentes, embora os efeitos negativos da sua não implementação estejam sendo sentidos há muito tempo. Em 1983, a médica e mestre em saúde pública Gro Harlem Brundtland, foi convidada a estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento criada pela Organização das Nações Unidas (ONU). E em 1987, a Comissão Brundtland, como passou a ser conhecida, publicou o Relatório “Nosso Futuro Comum” que apresentou pela primeira vez o conceito de desenvolvimento sustentável que hoje conhecemos.

O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades. [...] Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas. (BRUNDTLAND *apud* ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, s/d)

A palavra sustentabilidade tem sido adotada amplamente por equipamentos midiáticos, empresas privadas e gestões públicas. No entanto, devemos nos perguntar, é realmente exercido o conceito de sustentabilidade?

Pensando na sustentabilidade pregada pelo projeto emancipatório, ao qual defendemos, este conceito corresponde ao equilíbrio e harmonia entre

homem/natureza, a partir das dimensões culturais, econômicas, sociais e ambientais.

Autoras (es) como Souza (2016) e Fontes (2019), vão defender que a denominação desta para o capitalismo não compactua e não pode ser aplicado em sua essência. Visto que, este é uma ideologia econômica baseada na propriedade privada dos meios de produção e suas operações com fins lucrativos, no acúmulo de capital, no trabalho assalariado, na troca voluntária, e em um sistema de preços e mercados competitivos.

Contudo, infelizmente, o que muito se percebe são instâncias que utilizam do termo para expressar o empenho delas em favor do meio ambiente como em ações de: reflorestamento, menos utilização de produtos tóxicos, e investimentos em ações sociais. Obviamente são medidas positivas, mas que não condizem totalmente com os princípios de sustentabilidade.

Algumas grandes empresas, por exemplo, se comprometeram: em retirar o desmatamento de suas cadeias de produção, e em replantar florestas que foram desmatadas, entretanto, dez anos depois e quase nada foi feito. Ou seja, o que se percebe é há uma banalização do conceito em prol de uma aparência de entidades sustentáveis. (GREENPEACE, 2020).

Outro exemplo que podemos citar vem acontecendo no estado do Paraná. Após um Leilão de Transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a empresa Engie Brasil, maior empresa privada de geração de energia do país, ganhou a concessão para implantação de cerca de 200 quilômetros de linhas de transmissão de energia, entre os municípios de Ponta Grossa e Campo Largo.

Entretanto, o intitulado Projeto Galha-Azul, irá recortar remanescentes de araucárias e campos nativos para esta instalação. As araucárias são símbolo do Estado do Paraná, e atualmente mais de 100 árvores, algumas centenárias, já foram derrubadas em nome de um “progresso”. Além disto, ironicamente, a ave que foi “homenageada” no nome do projeto é muito presente na área em que as linhas de transmissão estão sendo instaladas, e fazem seus ninhos nas araucárias.

E como evidência de uma fragilização acentuada na fiscalização e controle dos impactos socioambientais de grandes empreendimentos, o processo de licenciamento ambiental foi denunciado por inconsistências como a falta de transparência e Estudos de Impacto Ambiental (EIA) incompletos. (MENEGASSI, 2020)

O que devemos refletir é que o modo de produção capitalista da forma que está estruturada não é a única possibilidade de se gerir a sociedade. Da mesma forma que esta foi pensada como a mais adequada, é preciso compreender que as ações gestadas por ela inviabilizam a nossa própria existência, não só por estimular cada vez mais o aumento das desigualdades sociais, mas também porque a sua manutenção incita a acentuação desenfreada das degradações socioambientais.

Sabemos que o capitalismo vivencia crises periódicas, que muitas das vezes são reproduzidas pela sua própria forma de reprodução, e que os inúmeros empecilhos, que são estimulados por uma lógica de manutenção do sistema, causam interferência na atuação no campo socioambiental, como também estimulam incidências profundas à vida da classe dita subalterna, criando ou ampliando as expressões da questão social.

E por que estas crises trazem malefícios às relações sociais e só retroalimentam o capitalismo?

É cruel pensar que esses colapsos socioeconômicos provocados fazem parte de um projeto de acumulação crescente das taxas de lucro, mas é justamente o que acontece.

Primeiramente, vemos um Estado Moderno que, em meados do século XVIII, seio da Revolução Francesa, foi idealizado para romper com a ideologia absolutista da monarquia. E para isto, a burguesia e o povo “uniram” forças para instaurar o que hoje chamamos de democracia representativa. No entanto, é visível que o poder político e intelectual dos burgueses era maior do que o do povo, e por isso a concepção de Estado emerge de e para a burguesia.

Hoje, portanto, não é difícil perceber que a organização estatal está pautada nos ideais que a criaram de manutenção do capital, mas com enormes avanços no exercício da cidadania, alcançados através da mobilização popular, que precisam ser reconhecidos.

O Brasil, ao longo do seu processo de industrialização, foi cobrado por diversas entidades tanto internacionais quanto nacionais a desenvolver medidas em prol do meio ambiente. E a reconceituação da percepção socioambiental brasileira resultou na criação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), lei nº 6.938, no dia 31 de agosto de 1981.

Tal política apresenta no seu artigo 2º como seu objetivo:

a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. (BRASIL, 1981).

E denomina o meio ambiente, no seu artigo 3º inciso I, como um conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. (BRASIL, 1981)

Em outras palavras, o meio ambiente deve ser percebido como uma relação de fatores sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais que incidem sobre a vida da sociedade, e não meramente como um fator ambiental isolado.

Já no dia 5 de outubro de 1988, o Brasil ganha uma nova Constituição Federal (CF), e o meio ambiente, alicerçado nos princípios fundamentais de cidadania e dignidade da pessoa humana, ganha um capítulo (VI) nesta, passando a ser reconhecido enquanto direito.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988)

Elucidando que a incumbência para realização da política de meio ambiente, como das demais políticas públicas, não é uma ação privativa do Estado, o que destaca também o papel das empresas privadas frente à sua corresponsabilidade, como da sociedade civil no controle social.

O método dialético defendido por Karl Marx nos expõe que a realidade da sociedade compõe-se de totalidade, historicidade e contradição, inerentes ao modo de produção capitalista. Não podendo ser ignorado que qualquer interferência, seja ela positiva ou negativa, tende a incidir diretamente em todas as esferas sociais.

A totalidade, na ideologia marxista, remete-se as dimensões de universalidade, particularidade e singularidade, levando em consideração as determinações objetivas e subjetivas das relações sociais, e o intenso processo de contradição entre elas.

Sendo assim, cabe-nos olhar os sujeitos enquanto seres políticos que detêm cultura, história, crença, sentimentos e valores, que podem ser protagonistas da própria história e que, munidos deste entendimento, como afirma Barroco (2009), podem ser capazes:

[...] de realizar a crítica da vida cotidiana, em sua dimensão moral, ampliando as possibilidades de realização de escolhas conscientes, voltadas ao gênero humano, às suas conquistas emancipatórias, à desmistificação do preconceito, do individualismo e do egoísmo, propiciando a valorização e o exercício da liberdade e do compromisso com projetos coletivos. (BARROCO, 2009 p.11)

Entre os anos de 2016 a 2020 o governo federal brasileiro aplicou uma série de medidas que em boa parte provocaram efeitos negativos à dimensão socioambiental, à vida dos cidadãos, e conseqüentemente à atuação de profissionais neste campo, e trazem à tona a existência de uma atenção deficitária para com as questões socioambientais, afrouxando assim o controle ambiental.

Podemos citar como principais medidas: a extinção da Secretaria de Mudanças do Clima, que como afirma o Greenpeace (2019), tende a enfraquecer as discussões acerca do tema, e a não inter-relacionar as mudanças climáticas ao processo de acumulação capitalista; a fragilização da legislação ambiental, pautada na ideia de que a burocratização nos licenciamentos dificulta a execução das atividades; a proposta que dispensa Estudos de Impactos Ambientais (EIA) para atividades causadoras de significativo impacto ambiental que estiverem incluídas em políticas, planos ou programas ambientais (VACCHIANO, 2018); e a desvalorização dos conselhos populares que descarta a participação popular no licenciamento e tomada de decisões (VACCHIANO, 2018).

O enfraquecimento dos licenciamentos e do controle ambiental ameaça não só a fauna e a flora, mas a vida de toda sociedade, e primeiramente daquelas pessoas que compõe as comunidades tradicionais como: marisqueiros, indígenas, quilombolas, e pescadores, que acabam sendo os primeiros atingidos e que demonstram serem os que menos recebem assistência e valorização necessária.

No Brasil temos alguns exemplos recentes de crimes socioambientais que refletem como a não rigidez nas fiscalizações e proibições para empresas que têm impactos socioambientais na execução de suas atividades, bem como a falta de ações de educação ambiental, trouxeram conseqüências irreversíveis não só para a natureza, mas para a população.

No dia 05 de novembro de 2015, em Mariana, subdistrito do município de Bento Rodrigues (MG), a Barragem do Fundão utilizada para armazenar rejeitos de minério de ferro explorados pela empresa Samarco, se rompeu causando: a

contaminação do Rio Doce e do solo, a morte de 19 pessoas, o desaparecimento da cidade de Bento Rodrigues que foi soterrada pela lama, a escassez de água, diminuição da pesca, do comércio e do turismo em cidades ribeirinhas, etc.

Pouco mais de três anos depois, no dia 25 de janeiro, a barragem de rejeitos de Córrego do Feijão, da mineradora Vale em Brumadinho (MG), se rompeu e o mar de lama destruiu casas, soterrou pessoas e animais, causou destruição ambiental por cerca de 8 quilômetros, incluindo a morte de vários trechos do Rio Paraopeba, e deixou 252 mortos e 13 pessoas desaparecidas.

Estes rompimentos são considerados por diversos estudos, como de Bezerra (2020), Rodrigues (2019) e G1 (2019), como sendo dois dos maiores desastres ambientais já vividos no Brasil. E ambos, embora as empresas tenham sido condenadas, as tramitações de reparos socioambientais, indenizações e medidas de prevenção de novos rompimentos ainda não foram concluídas. Além de apresentarem nas suas investigações que as responsáveis pelas barragens sabiam dos riscos, mas os classificaram como de “baixo risco”. O que só reforça o nosso entendimento referente à rigorosidade necessária para com atividades desta natureza, tanto na pré-instalação, execução e fiscalização dos órgãos competentes.

Outro exemplo de crime ambiental brasileiro aconteceu no litoral nordestino e sudestino. No dia 30 de agosto de 2019, surgiram em estados nordestinos manchas de petróleo cru de alta densidade, com alta concentração de hidrocarbonetos poliaromáticos (HPA), substância altamente tóxica, que se espalharam por cerca de 3 mil quilômetros do litoral brasileiro atingindo 877 locais em mais de 100 municípios. As consequências deste desastre contam com: a morte de animais marinhos e a alteração do seu ecossistema, economia prejudicada através do turismo, e ameaça da subsistência da população que vive da pesca e da coleta de frutos do mar.

As primeiras medidas de enfrentamento vieram dos próprios moradores das localidades e das prefeituras. No entanto, o governo federal demorou a acionar o Plano Nacional de Contingência de Incidentes com Óleo (PNC), Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, que visa empregar rapidez e ações coordenadas no caso de derramamentos em território nacional.

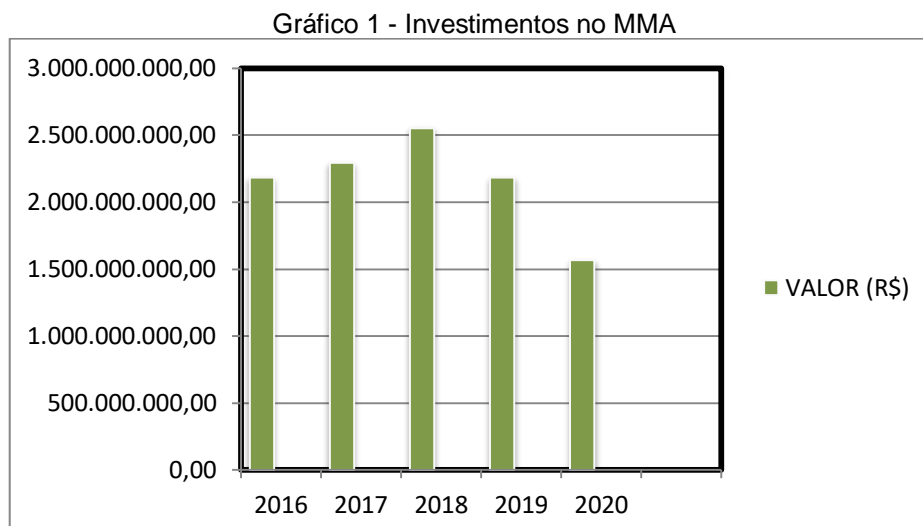
Art. 1º Fica instituído o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, que fixa responsabilidades, estabelece estrutura organizacional e define diretrizes,

procedimentos e ações, com o objetivo de permitir a atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas para ampliar a capacidade de resposta em incidentes de poluição por óleo que possam afetar as águas sob jurisdição nacional, e minimizar danos ambientais e evitar prejuízos para a saúde pública. (BRASIL, 2013)

É notória a responsabilização das grandes indústrias nas mais diversas degradações socioambientais, muitas das vezes decorrente de negligências. É preciso que haja maior fiscalização e cumprimento dos princípios de preservação estipulados, maiores investimentos, como também a disseminação da educação ambiental em todas as esferas da sociedade. Visto que, é dever de todos a manutenção de um meio ambiente equilibrado e sadio.

Contudo, o não aprofundamento desta temática por parte da população, é oriundo, principalmente, da falta de informação, esclarecimento e consciência acerca da corresponsabilidade de todas as partes na promoção de ações que gerem uma qualidade de vida individual e coletiva.

Segundo dados coletados do portal de transparência da Controladoria Geral da União (CGU), durante os anos de 2016 a 2020, as despesas com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) vieram diminuindo, houve uma elevação no ano de 2018, mas durante os dois últimos anos foram registrados os menores gastos. Conforme o gráfico abaixo:

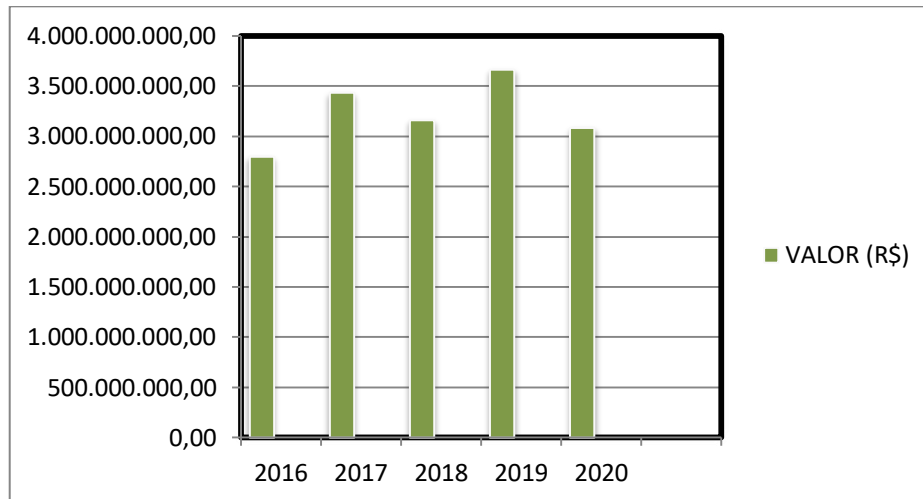


Fonte: Dados retirados da CGU e gráfico produzido pela autora.

Cabe ressaltar, que o dado coletado do ano de 2020 corresponde ao período de janeiro a julho, que mesmo não contabilizando os doze meses completos continua sendo o menor valor investido comparado ao mesmo período nos outros

anos. Além disso, o orçamento previsto para cada um dos anos não foi atingido em sua totalidade, como pode ser visto o gráfico 2, somente no ano de 2016 foi possível atingir quase 100% do estipulado. O que nos instiga a pensar. Será que não havia e há demandas para aplicação deste dinheiro público? O que aconteceu com estes recursos que estavam destinados ao MMA e que não foram utilizados?

Gráfico 2 - Orçamento Previsto - MMA



Fonte: Dados retirados da CGU e gráfico produzido pela autora.

Por isso, não podemos dicotomizar a política de meio ambiente de aspectos sociais e especificadamente econômicos, como se apresenta nos dados trazidos da CGU. A vida política de cada cidadão deve apreender alguns aspectos fundamentais, como por exemplo, ter ciência dos investimentos e a sua aplicabilidade sejam a nível municipal, estadual e federal nas políticas públicas. Mas a maioria das pessoas realiza esta análise? As propostas que o/a candidato (a) escolhido (a) apresenta têm apoio político e financeiro para sua efetivação, e responde as demandas da sociedade? Exercemos o controle social que é direito e dever nosso? Os instrumentos midiáticos apresentam essas informações de forma acessível?

Então como não dizer que as políticas públicas compreendem um cenário complexo, contraditório e de totalidade que regula política e economicamente as relações sociais. (BOSCHETTI *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p5).

Desde a Constituição Federal de 1988 os municípios passaram a serem considerados entes federativos que dispõem de autonomia para se auto-organizarem, elegerem seus governantes, elaborarem suas leis e medidas tributárias. E enumerando no artigo 23 uma série de competências, a gestão

ambiental é descrita nos incisos VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, e VII - preservar as florestas, a fauna e a flora.

Levar em consideração as características locais é um dos princípios fundantes para efetividade de qualquer política pública, e nas políticas socioambientais não é diferente, já que, municípios de um mesmo estado possuem uma extensa diversidade, sejam por questões territoriais, culturais, distribuição populacional, demandas, bioma, etc. Porém, esta descentralização regulamentada na Constituição Federal esbarra em alguns desafios como: a deficiência no diálogo interfederativo, carência de capacidade técnica dos municípios, falta e/ou fragilidade de participação social, interesses políticos, corrupção, entre outros. É preciso que se fortaleçam mecanismos de gestão compartilhada entre os diferentes entes e definam-se visivelmente as respectivas competências em uma perspectiva sistêmica.

Pois como afirma Boschetti (2009):

Mais que conhecer e dominar tipos e métodos de avaliação [...], é fundamental reconhecer que as políticas sociais têm um papel imprescindível na consolidação do Estado democrático de direito e que, para exercer essa função, como seu objetivo primeiro, devem ser entendidas e avaliadas como um conjunto de programas, projetos e ações que devem universalizar direitos. (BOSCHETTI, 2009, p.4)

Com a contextualização apresentada esperamos ter despertado o entendimento acerca da necessária corresponsabilidade de todos os entes societários no que diz respeito aos seus direitos e deveres, de modo a realizar a criação, implementação e avaliação de políticas públicas que melhorem a qualidade de vida das presentes e futuras gerações.

Ao elucidar demandas preocupantes, existentes na forma como a sociedade está estruturada, não queremos com isto propagar o sentimento de que nada pode ser feito, e sim, instigá-los a reflexão de que precisamos conhecer a nossa história, de onde partimos, para construir o que queremos ser daqui em diante. Afinal de conta, acreditamos, enquanto profissão, na construção de uma nova ordem societária pautada nos princípios de inclusão, totalidade e emancipação, e que abordaremos de forma mais aprofundada no capítulo a seguir.

3. O CAMPO SOCIOAMBIENTAL E A QUESTÃO SOCIAL

As relações sociais oriundas do capitalismo maduro tendem a acarretar o surgimento ou agudização da questão social. Por isto, neste capítulo trataremos da constituição da questão social e a sua presença no campo socioambiental a partir da prática profissional das (os) assistentes sociais.

O processo de entendimento de sociabilidade foi definido enquanto a dominação do homem pelo homem, instigando uma série de desigualdades sociais e divisões de classe seja no escravismo, feudalismo, ou na contemporaneidade com o capitalismo.

Entretanto, tal afirmação não nos deve provocar a reflexão de que este cenário é algo natural, embora alguns autores clássicos como, Thomas Hobbes, filósofo inglês que faleceu no final do século XVII, defendam a ideia de que o ser humano já nasce egoísta e propenso à competição e ao individualismo.

Cabe ressaltar que a perspectiva da relação capital, trabalho e desigualdades sociais pode ser compreendida por diversas ideologias, a depender daquela ou daquele que se propõe a investigá-la. E neste trabalho, a nossa análise crítica estará alicerçada na ideologia marxista ao entender que por meio desta podemos estudar e intervir na conjuntura através de uma noção de totalidade, e não de interpretações fragmentadas ou monocausais.

Lembramos que Marx compreendeu o essencial e dele extraiu as tendências e as leis gerais da ordem capitalista. A partir daí, apreendeu as categorias da realidade, as quais permanecem atuais, na medida em que o fim capitalista continua sendo acumular. Em sendo assim, as mesmas categorias tomadas por Marx para compreender a sociedade capitalista do século XIX nos permitem, hoje, compreender as desigualdades sociais do século XXI. (TAVARES, 2009, p. 3)

A tradição marxista, apresentada por Marx com colaboração de Engels, se debruça no entendimento de que a configuração das mazelas sociais e as respostas dadas a ela pelos sujeitos estarão imbricadas às manifestações da questão social, tendo como estimulantes a subsunção do trabalho pelo capital, a própria desigualdade social, o crescimento da pauperização absoluta e relativa, e a luta de classes.

Para a perspectiva positivista e reducionista a questão social aparece como um problema desvinculado das relações sociais estabelecidas. Ou seja, as

manifestações oriundas dela não são fruto da exploração, e sim de determinações provocadas a nível individual, culpabilizando pela sua existência única e exclusivamente os indivíduos.

E mais tarde, esta é tratada como decorrente da insuficiência de desenvolvimento social e econômico, como afirma Montañó (2012, p.275), como se as suas expressões, por exemplo, da pobreza e miséria, só pudessem ser entendidas na perspectiva mercadológica. Não por sua característica de exploração, acumulação de capital, e acentuação das desigualdades, mas porque, a classe trabalhadora fora do mercado de trabalho não poderia contribuir para a relação de oferta/demanda. Concepção esta que estimulou a implementação do pleno emprego, em alguns países, fundamentada pelo posicionamento keynesiano, em meados de século XX.

Ao pensarmos em pobreza associamos a inexistência ou escassez de recursos financeiros, alimentos, moradia, etc., porém, Marx ao nos apresentar a pauperização absoluta e relativa expõe outro lado desta realidade, que é a da sociedade burguesa. Não são as condições precárias de desenvolvimento que geram as desigualdades, mas sim, o próprio desenvolvimento. Ou seja, o dito progresso econômico é alcançado a partir da desvalorização da qualidade de vida e manutenção de sobrevivência da maioria da população.

[...] quando maior desenvolvimento, maior acumulação privada de capital. O desenvolvimento no capitalismo não promove maior distribuição de riqueza, mas maior concentração de capital, portanto, maior empobrecimento (absoluto e relativo), isto é, maior desigualdade. (MONTAÑO, 2012, p.279)

Percebemos com isto que a lógica neoliberal tem abarcado uma nova concepção para a questão social de despolitização, que a desqualifica, e desresponsabiliza o Estado de intervir nas suas expressões, reduzindo-as a situações isoladas, e que devem ser atendidas por empreendimentos de “refilantropização”, os chamados “terceiro setor”.

Já para a perspectiva emancipatória, suas expressões condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais. (IAMAMOTO, 2009, p16). Sendo elas indissociáveis do processo de sociabilidade capitalista e das lutas por direitos sociais, civis e políticos.

No Serviço Social, a questão social passa a ser compreendida como eixo fundante da base curricular da formação profissional, através das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) a partir da década de 1990. Mesmo que no exercício da prática as (os) assistentes sociais já lidavam com as suas manifestações.

A análise crítica da historicidade, que se desenvolve por meio de um domínio teórico-metodológico da profissão, é aspecto fundante para que ao se deparar com as complexidades e contradições inerentes à questão social não haja o espanto ou que se caia no senso comum. Pois como afirmam Behring e Santos (2012) este:

[...] é um componente decisivo no projeto de formação profissional: preparar profissionais aptos a lidar subjetiva e objetivamente com a tão atual assertiva marxiana de que tudo o que é sólido se esfuma rapidamente, num modo de produção e reprodução social cuja sobrevivência depende de revolucionar permanentemente as forças produtivas e as relações sociais de produção. (BEHRING E SANTOS, 2012, p.8)

Com a expansão da globalização as desigualdades sociais tendem a sofrer o mesmo efeito. São minorias que têm muito e majorias que têm pouco. Podendo ser exemplificado nitidamente que enquanto desperdiçamos toneladas e mais toneladas de alimentos a cada ano, ainda temos localidades em que seus habitantes sofrem com a insegurança alimentar.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados em setembro deste ano, cerca de 10,3 milhões de pessoas vêm passando fome, quando em contrapartida estamos entre os países que mais desperdiçam alimentos no mundo, sendo descartado aproximadamente 128 kg por família brasileira ao ano.

Ou ainda, levando-se em consideração a pandemia do coronavírus que acomete o mundo, temos a realidade de dezenas de milhares de refugiados que se encontram em campos de internamento na Grécia, em condições de extrema vulnerabilidade, com insuficiência de água e sabão, e impossibilidade de se manter o distanciamento social, principais mecanismos de prevenção à covid-19.

E por que isto acontece? Como explicar que em um mesmo continente, país, estado, município ou até mesmos bairros, existem realidades tão próximas e tão dicotomizadas?

A lógica do capital pressupõe não que todos devam usufruir dos ganhos da relação trabalho/capital, mas sim, que o antagonismo presente na sociedade se perpetue. Tendo em vista que, não existem ricos se não existirem pobres, não existem desenvolvidos se não existirem subdesenvolvidos, e não existe riqueza se não houver miséria. Tornando-se imprescindível que para compreender as desigualdades é preciso que se acompanhe a exploração do trabalho e a acumulação do capital.

Boaventura de Sousa Santos (2020) afirma que os mercados [...] é uma benção para os poderosos e uma maldição para todos os outros (a esmagadora maioria dos humanos e a totalidade da vida não humana). Assim, no plural se exprime, mas o autor defende que este (os mercados) é singular por compará-lo a deus, uno e múltiplo, e que ocupa um lugar de acolhimento nas relações humanas. (SANTOS, 2020, p.10)

E por acreditarmos que a questão social não pode sofrer intervenção e ser estudada sem que se leve em conta diversos fatores societários inter-relacionados, como afirma Behring e Santos (2012) que essa dimensão de totalidade é o que propicia a riqueza da direção do projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro, não poderíamos deixar de pontuar outra característica indissociável da prática profissional no trato da questão social, que é a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade.

Desde a formação até o exercício da profissão em Serviço Social, percebemos como esta é uma categoria que dialoga com diversas disciplinas, como por exemplo: Filosofia, Antropologia, Ciências Políticas, Direito, Estatística, Sociologia, Psicologia, etc., por entender que, no trato das refrações da questão social, não podemos analisar nem intervir sem que compreendamos as diversas dimensões que permeiam a vida das (os) usuária (os) e o contexto da sociedade.

O processo de formação de equipes interdisciplinares deve ter em conta o objeto de estudo e que disciplinas contribuirão na produção de conhecimento sobre esse objeto. A partir daí, o trabalho interdisciplinar poderá responder as questões apresentadas, de modo que estas respostas sejam mais efetivas que as respostas dadas por uma produção de conhecimento fracionada, geradora de soluções fragmentadas. (GOMES, s/d, p7)

Como já explicitado anteriormente, ao longo das discussões aqui levantadas, o capitalismo se refere principalmente à relação trabalho/capital, no entanto, além de

apresentarmos esta dimensão, por entendermos que os estudos e ideologias que nos apropriamos nesta temática a aborda como princípio, o nosso foco é o cenário de degradações socioambientais que são acarretadas pela superacumulação de capital.

Leonardo Boff (2020), brilhante teólogo, filósofo e professor contemporâneo nos provoca a reflexão de que a Terra é finita, e que por isto não há como suportar o projeto infinito de superexploração da natureza e da própria Terra pregada e executada pelo capitalismo, que tanto já discutimos. Com isso, não adianta querer voltar a concepções ditas primitivas, como abordamos no segundo capítulo, se pretendemos seguir os padrões atuais.

A relação entre questão social e direito se expressa em um campo que evidencia a necessária apreensão de aspectos culturais, identitários, e territoriais dos sujeitos envolvidos no processo. Por isto, Behring e Santos (2009) afirmam que precisamos pensar os indivíduos como entes singulares e genéricos, que não são só partícipes, mas produtores do seu gênero e da sua historicidade transversalizada pela constituição das relações sociais.

Uma das inquietações oriundas do exercício do estágio obrigatório e não obrigatório na Dialogue Sustentabilidade, se deu pela percepção da presença de empreendimentos do ramo petroquímico, em sua maioria, em áreas distantes dos grandes centros com perfis muito semelhantes de: deficiência de equipamentos sociais, como poucas escolas, unidades de saúde e rede de proteção social; quantidade populacional baixa ou média; moradoras (es) negras (os) e pobres; falta de espaço para lazer; comunidades tradicionais e originárias; entre outras características.

E decorrente desta análise chegamos a um conceito novo, pouco discutido na mídia, academia e afins, que retrata, ainda mais, como os acontecimentos oriundos do desenvolvimento de práticas de nível socioambiental vêm acarretando uma série de expressões da questão social, que é o racismo ambiental.

Entendemos por racismo ambiental as injustiças socioambientais que recaem sobre a classe mais vulnerável da sociedade, tanto na zona rural quanto urbana, em que suas maiores vítimas são a população preta, pobre, e comunidades tradicionais (marisqueiros, quilombolas, indígenas, povo de santo, pescadores, etc).

A autora Ivy Abreu (2013) em seu artigo: *“Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos”* traz uma discussão sobre a incidência do

racismo ambiental na população do sertão nordestino. Para isto, ela afirma que a situação de seca enfrentada por este público reflete o atual contexto biopolítico de exclusão, instaurando-se um estado de exceção permanente, tornando-se regra e não mais excepcional. Entretanto, a sua existência e perpetuação é legitimada pela ideia de progresso (ABREU, 2013, p.94).

Na zona rural, ações como a remoção de grupos étnicos de seus territórios de origem, pertencimento e identidade através das implementações de políticas públicas ou do setor privado, é um dos exemplos. Já no meio urbano este pode ocorrer através da discriminação de indivíduos de um grupo social por estes pertencerem a uma localidade periférica. Podendo se efetivar por meio de práticas ofensivas devido à raça, cor ou classe social.

Um exemplo contemporâneo deste racismo ambiental é a desapropriação, negação de direitos, e a violação da dignidade, cultura e identidade de comunidades tradicionais, como a que acontece no Quilombo do Rio dos Macacos, situado no município de Simões Filho – BA.

O Quilombo existe a mais de 200 anos e a cerca de quase 50 anos vem lutando contra a violência e desrespeito tanto por conta da negação de responsabilidade por parte dos órgãos públicos, quanto por parte da Marinha do Brasil.

Em 2012 a Marinha através da Justiça Federal na Bahia conseguiu a decisão favorável para a desapropriação da comunidade quilombola na região. Fato este que ocasionou em inúmeros relatos de violência realizado por parte dos militares, e viola de diversas formas a própria CF no seu caráter de proteção social.

Em uma *live*, realizada pela organização Debate Petroleiro, duas representantes do Quilombo Rio dos Macacos relataram inúmeras atrocidades cometidas pela Marinha e órgão públicos, e como as determinações impostas desrespeitam a cultura e história da comunidade, seja pela proibição da utilização da água do Rio dos Macacos por estar, hoje, na área demarcada em posse da Marinha; ou pela redução de 900 para 94 hectares destinados ao Quilombo, ou por outras séries de expressões da questão social vinculadas a essa realidade.

3.1 Especificidade do Serviço Social no Campo Socioambiental

Estudos de diversos autores contemporâneos como: Boff (2020), Santos (2020), e Ferreira e Salles (2016) nos fazem afirmar que, se não modificarmos a maneira como lidamos com o meio ambiente e com as nossas relações sociais e de produção a raça humana será exterminada.

Talvez esta afirmação soe como um pensamento insensível ou até pessimista, mas não vemos necessidade nem eficácia em se “embelezar” uma realidade que já “bate a nossa porta” há bastante tempo e a ignoramos.

Como já dito neste trabalho a competitividade, o individualismo, e o antropocentrismo se encontram imbricados na nossa sociedade. E romper com elas muitas das vezes não é tarefa fácil e que terá maiores resultados se realizado individualmente.

Por isto, defenderemos neste capítulo a ideia de que o campo socioambiental é também um espaço para atuação do Serviço Social, pois as mazelas provenientes do modo de produção capitalista, denominada de questão social, e que se apresenta como o objeto de intervenção e investigação da profissão, também estão presentes nesta área. E por esta razão, pretende-se apresentar a especificidade da profissão neste campo, também levando-se em conta o momento pandêmico a que estamos submetidos.

A atuação das (os) assistentes sociais é fundada em princípios de defesa intransigente dos direitos, ampliação e consolidação da cidadania, valorização da subjetividade de seus usuários, luta em favor da equidade e justiça social, respeito à diversidade, e a busca pela construção de uma nova ordem societária.

Assim sendo, através de todas as descrições trabalhadas nos capítulos anteriores, é possível perceber, sem muita dificuldade, a possibilidade de atuação das (os) assistentes sociais em qualquer campo sócio-ocupacional, inclusive no campo socioambiental que é a área de nosso estudo.

Se pensarmos profundamente no conceito de cidadania veremos que a natureza e os demais seres se enquadram na concepção de cidadãos, além dos seres humanos, pois esses também têm direitos defendidos. Exercendo o que Boff *apud* Bis (2020) intitula de democracia sócio ecológica.

Nos princípios fundamentais expressos no Código de Ética do Serviço Social a profissão posiciona-se em favor dos direitos humanos na medida em que o seu

arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo são empregados em ações de: fortalecimento da participação popular na tomada de decisão, garantia e ampliação de direitos, efetividade da qualidade de vida, e no empenho do acesso de grupos discriminados em espaços de discussão.

Com isto, autoras (es) como Nunes (2018, p.221) vão trazer à tona a inserção do Serviço Social no campo estudado apresentando algumas das possibilidades para sua intervenção, as quais exemplificaremos ao longo deste capítulo.

Compreender esta atuação é analisar uma perspectiva que não é tão explorada no âmbito acadêmico do curso de Serviço Social, embora seja uma área que demonstra de diversas formas a possibilidade de atuação da profissão.

A não representatividade da área socioambiental no âmbito das universidades provoca a não idealização de tal prática aos estudantes e futuros profissionais, ou faz com que tenham dificuldade de vislumbrar como pode ocorrer a sua inserção. É possível que eles se imaginem atuando em áreas como saúde, assistência social e sociojurídica, mas tem dificuldade de se perceberem em áreas como: educação e socioambiental, por exemplo. E por que isto ocorre?

Entendemos que, por mais que uma matriz curricular tenha como objetivo central, cumprir as diretrizes e requisitos fundamentais e básicos para atender a formação profissional em suas várias dimensões, ela pode ser considerada como limitada, tendo em vista a totalidade da realidade e suas complexas mudanças e demandas.

Além disto, palavras como sustentabilidade, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, educação ambiental e afins têm sido implementadas já há algum tempo às discussões nos mais variados níveis da sociedade brasileira e internacional.

Assim sendo, não é concebível que a idealização de uma atuação neste âmbito não seja estimulada pelas instituições de ensino superior (IES), e pelas (os) estudantes e profissionais de Serviço Social. A profissão precisa olhar para a realidade e seus desdobramentos com um olhar aguçado, curioso e propositivo, e não só esperar que produções teóricas apontem as possibilidades de sua atuação. É preciso enxergar as possibilidades em todo âmbito, visto que, o objeto de nossa investigação e intervenção, a questão social, está presente nas diversas dimensões das relações sociais.

E para exemplificar melhor essas oportunidades, a prática profissional no campo socioambiental pode ser descrita por meio da atuação em: situações de

desastres, desenvolvimento de projetos socioambientais, mobilização comunitária, educação ambiental, remanejamento de população atingida, entre outras modalidades que vão desde a inserção das (os) assistentes sociais enquanto empregadas (os) de instituições privadas, públicas ou de organizações não governamentais, até mesmo enquanto proprietárias (os) de empresas privadas de consultoria e assessoria, e autônomas (os).

Autores como Silva (2013) vão descrever que existem pelo menos duas possibilidades de atuação dos profissionais nas situações de desastres, e que:

A combinação de fatores econômicos, políticos, culturais, naturais e sociais é o que definem situações de desastres, que expressam as desigualdades existentes no âmbito do atual sistema capitalista, bem como a relação de dominação destrutiva entre sociedade e natureza. (SILVA, 2013, p.74)

A primeira possibilidade refere-se a casos de desastres naturais, causados por enchentes, deslizamentos de terra, ventos fortes, etc., e que tendem a causar perdas materiais a moradores, e até situações de óbito. Já a segunda, diz respeito à gestão de risco que tem como objetivo a prevenção de desastres provocados, sejam por causas naturais ou por ações eminentemente humanas.

Referente ao desenvolvimento de projetos, este é caracterizado como uma das competências e atribuições profissionais do Serviço Social, descritas na Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Em que os profissionais podem, segundo o art. 5º, inciso I e II:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993)

Um dos processos muito comum da prática profissional no campo socioambiental é a atuação através da mobilização comunitária.

Esta pode ser descrita como um processo, em que, diversos protagonistas sociais de uma determinada comunidade unem-se para intervir sobre as circunstâncias apresentadas em sua localidade. Ou seja, busca-se que estes tenham o entendimento e se reconheçam enquanto sujeitos de direitos.

A prática por meio da educação ambiental visa que esta seja compreendida em uma totalidade, não estando dissociada das outras esferas que a vida dos indivíduos percorre, e respeitando a diversidade do ecossistema e das pessoas.

Contudo, como já exposto anteriormente, esta compreensão não é percebida por boa parte da sociedade, inclusive como um direito que deve ser assegurado. E por isto, deixa evidente a necessidade da inserção de profissionais que tenham *expertises* nas áreas de políticas públicas, mediação, cidadania e afins (SANTOS et al., 2019, p.5).

E por fim, outra prática é o remanejamento de população atingida. Esta é muito vinculada à mobilização comunitária, pois, em sua maioria, ocorre quando há necessidade de implementação de obras de infraestrutura em comunidades.

O processo de retirada de moradores de suas residências é uma atuação que envolve inúmeros fatores, tanto sociais, econômicos, psicológicos e principalmente identitários. Elucidando, assim, a importância de se ter uma aproximação mais efetiva com os comunitários da localidade, bem como o conhecimento de sua historicidade.

Como afirma Silva (2013, p.67), a necessidade de remanejamento da população atingida ocorre pelo fato de que essas obras interferem na natureza e causam grande impacto ambiental e social.

No entanto, embora apresentemos algumas das possibilidades de atuação das (os) assistentes sociais no campo socioambiental, e estes apresentem uma análise crítica e reflexiva do contexto social e dos desdobramentos da questão social, tais profissionais, em sua maioria, também se encontram submetidos à lógica do capital de: exploração, precarização, relativa autonomia, e terceirizações. Características estas disseminadas pela ideologia neoliberal, e que causam implicações às suas competências e atribuições (ALENCAR e GRANEMANN, 2009, p.162).

Dentre estas implicações podemos elencar os seus reflexos através: da dificuldade na realização e execução de projetos que tratem das expressões da questão social de forma complementar; da insuficiência de recursos humanos e materiais para atender as demandas apresentadas; do não conhecimento da população sobre seus direitos e deveres; da fragilização das legislações ambientais que desobrigam empresas e órgãos públicos do cumprimento de uma ética ambiental; e da aplicação de políticas públicas fragmentadas.

Em um Estado de inspiração neoliberal, como vive o Brasil atualmente, as ações e estratégias sociais governamentais incidem essencialmente em políticas compensatórias, em programas focalizados, voltados àqueles que,

em função de sua “capacidade e escolhas individuais”, não usufruem do progresso social. (HÖFLING, 2001, p.39)

Políticas públicas compensatórias e de distribuição de renda, como vemos na contemporaneidade, não fazem com que haja a redução da pobreza, local e individual, não eliminando a desigualdade. Ao contrário, a aceitação dessas medidas é uma forma de consentimento que consolida a desigualdade, como se esta fosse, de fato, natural. (TAVARES, 2009, p17)

O que necessitamos é uma reestruturação da atual ordem neoliberal que tende a nos impor: a exploração da classe trabalhadora, o uso insustentável de recursos naturais, a desresponsabilização do Estado, a insuficiência do controle social, e a impunidade de ações criminosas de âmbito socioambiental.

E com o contemporâneo cenário pandêmico enfrentado pelo Brasil e pelo mundo, as mazelas que afetam majoritariamente as classes mais desfavorecidas, por meio de: altas taxas de desemprego; custos elevados dos alimentos da cesta básica; a ineficiência das ações de proteção social; a negação da crise enfrentada por parte do Estado; a sobrecarga do Sistema Único de Saúde (SUS); a falta de atenção às áreas de proteção ambiental, e as comunidades originárias e tradicionais; entre outras refrações, vão se mostrando cada vez mais evidentes e descortinam uma realidade triste, cruel e preocupante que já existia, sendo somente agudizada.

Noam Chomsky (2020), importante filósofo, sociólogo e ativista político norte-americano, aponta que o mundo vem vivendo uma ameaça assemelhada a da Guerra Fria. Que não se iniciou com a pandemia do coronavírus, mas que veio sendo gestada há bastante tempo. Tendo consequências gravíssimas e preocupantes com a crescente ameaça de catástrofes ambientais e a deterioração da democracia. E ainda defende que:

A única esperança em lidar com as duas [primeiras] crises, que ameaçam a extinção, é por meio de uma democracia vibrante, com cidadãos informados, que participam do desenvolvimento de programas. (CHOMSKY *apud* DCM, 2020)

Outro brilhante autor, já citado anteriormente, que nos apresenta uma visão acerca dos impactos da pandemia do coronavírus e de sua concepção sócio-histórica a partir das relações sociais é Boaventura de Sousa Santos (2020). Ele vai

retratar que existem, mesmo na conjuntura de perdas irreparáveis à nossa humanidade, sinais de que podemos construir coletivamente uma inédita ordem societária, na medida em que vem se mostrando possível a readequação a partir de uma situação atípica que nos exigiu uma mudança de atitudes, seja nas nossas relações, modo de trabalho e estudo, hábitos de saúde e afins.

A pandemia mostra-nos o exemplo de que qualquer reforma que almejemos individualmente e coletivamente não pode ser alcançada se não houver a compreensão e participação de todos os entes societários. Não podemos compreender a pandemia do coronavírus como um fator isolado principalmente pelo fato de que, como já abordamos repetitivamente, mas não de forma exaustiva neste trabalho, a ideologia a qual nos alicerçamos é a de totalidade expressa através do materialismo dialético de Marx.

Santos (2020) nos inquieta ao expor que, enquanto a pandemia expressa uma possibilidade de reversão ou pelo menos de controle, a crise climática, que se apercebe em todo mundo, por outro lado já é irreversível, e o que nos cabe agora é mitigá-la. E mais ainda por nos demonstrar que as duas crises que atualmente enfrentamos estão interligadas na medida em que

A pandemia do coronavírus é uma manifestação entre muitas do modelo de sociedade que se começou a impor globalmente a partir do século XVII e que está hoje a chegar à sua etapa final. É este o modelo que está hoje a conduzir a humanidade a uma situação de catástrofe ecológica. (SANTOS, 2020, p.23)

A pandemia vem nos mostrando também que a forma que estabelecemos nossas relações sociais de produção, através do neoliberalismo, não nos garante a efetividade da intervenção do Estado em crises societárias, sejam elas de cunho ecológico ou infeccioso. A certeza que temos é que o Estado ao se eximir de assegurar a qualidade de vida e a proteção social da população, valores e princípios defendidos na CF, PNMA e no Código de Ética do Serviço Social, ele se posiciona em favor da desvalorização da vida seja humana, animal ou da flora, e do mercado, contribuindo para que cada vez mais a subsistência seja insustentável.

E com todo este cenário pandêmico, seio de uma efervescência de expressões da questão social, nos surge uma série de questionamentos a cerca do exercício da prática do Serviço Social no campo socioambiental. Como desenvolver intervenções profissionais, por exemplo: mobilizações comunitárias, atividades

socioeducativas, programas de educação ambiental e afins, em um contexto que nos impõe um distanciamento entre pessoas? Com a adoção massiva da modalidade remota, como atingir populações que carecem de acessos à internet, aparelhos celulares, etc.? E como fortalecer os vínculos com estas (es) usuárias (os)/clientes, principalmente com o público jovem?

Mesmo com todos os cuidados deve-se colocar as (os) usuárias (os)/clientes e a equipe profissional em possíveis risco de contaminação, ou deve-se permitir que a pandemia acentue a vulnerabilidade e desassistência do Estado para com eles? Como reduzir a relativa autonomia que nos é determinada enquanto profissionais de Serviço Social, de modo que os direitos da população dita subalterna não sejam cada vez mais fragilizados, e que esta não seja mais invisibilizada e marginalizada?

Sim. São muitas perguntas. No entanto, estes e outros desafios trazidos e agudizados pela pandemia do coronavírus vêm sendo incididos à prática das (os) assistentes sociais, e só reafirmam a desigualdade social presente no nosso país. O vírus do qual hoje estamos sofrendo se une ao “vírus” que a sociedade enfrenta há séculos, as expressões da questão social.

Órgãos oficiais da profissão, como: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) vêm demonstrando preocupação e vigilância sobre a modalidade remota que foi adotada na formação e atuação do Serviço Social.

Majoritariamente a preocupação destes órgãos é com a qualidade dos serviços prestados às(os) usuárias(os). Visto que, como exposto na resolução publicada pelo CFESS (2020): *“Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia”*, a adoção do teletrabalho tem trazido consequências e desafios na medida em que: invade as dimensões da vida privada, diminui o tempo de descanso, provoca exaustão por conta da utilização excessiva de equipamentos eletrônicos, estimula abalos psicossociais, e evidencia um aumento nas expressões da questão social.

De fato, em um primeiro momento, esta realidade pode nos causar espanto e frustração por ser mais elucidado que as demandas são bem maiores do que a nossa intervenção nos campos socioocupacionais.

Entretanto, como bem afirma Iamamoto (2009, p.3) as (os) profissionais de Serviço Social não devem fundamentar-se nem na perspectiva messiânica, que

expressa uma visão heroica da atuação, nem na perspectiva fatalista de que a realidade está dada e nada pode ser feito. Pelo contrário, é preciso que as (os) assistentes sociais reconheçam a intensa contradição implicada ao seu exercício profissional, sim, mas, munidas (os) do seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo possam ter ciência, também, de seus limites.

Para melhor ilustrar todos os pontos trazidos até o momento neste trabalho, no próximo capítulo serão expostos os relatos e dados oriundos da observação realizada ao longo do estágio obrigatório e não obrigatório na empresa Dialogue Sustentabilidade, e das entrevistas e questionário aplicados com duas assistentes sociais que atuam no campo socioambiental, e que nos evidenciam como a prática profissional pode e deve se reinventar na conjuntura dialética que se apresenta a nossa sociedade.

4. PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE DE DADOS

Inicia-se este capítulo apresentando uma caracterização da instituição convidada a participar do processo de pesquisa realizado neste trabalho, como também são expostos os procedimentos metodológicos para sua efetivação, e os seus objetivos. Posteriormente serão analisados os dados obtidos nas entrevistas com duas assistentes sociais atuantes no campo socioambiental através da empresa privada Dialogue Sustentabilidade.

A partir da pesquisa bibliográfica que construiu nosso quadro teórico, das entrevistas, da observação e dos dados coletados, buscou-se responder quais são as possibilidades de atuação do Serviço Social na área socioambiental, considerando as refrações da questão social no atual contexto, bem como, se objetivou, investigar a especificidade da profissão no âmbito estudado e as expressões da questão social a ele articuladas, sobretudo nos últimos cinco anos, através de uma caracterização sócio-histórica brasileira e da identificação de como a questão social se apresenta nesta área.

4.1 Caracterização da Instituição e Metodologia

Antes de avançarmos cabe uma contextualização sobre a referida instituição para que fique evidente o seu funcionamento, como o Serviço Social se apresenta, e porque a mesma é um destaque no mercado de trabalho.

A Dialogue Sustentabilidade desenvolve, há seis anos, ações de consultoria e assessoria no campo socioambiental através de: mobilização comunitária, programas de educação ambiental, projetos sociais, fortalecimento de vínculos entre as partes interessadas, comunicação de risco, etc. Sendo que, a *expertise* da instituição é o fortalecimento de relacionamentos positivos entre as partes interessadas que vão desde órgãos públicos, empresas privadas e terceiro setor, fazendo com que a mesma seja uma das poucas empresas disponíveis neste campo no estado da Bahia com esta estruturação.

O quadro institucional é formado por duas assistentes sociais e uma comunicóloga, que são sócias-diretoras, e desenvolvem atribuições operacionais divididas entre as mesmas. Porém, a Dialogue Sustentabilidade é uma empresa necessariamente interdisciplinar apesar da execução da maioria de suas atividades serem realizadas pelas sócias-diretoras.

Em relação ao Serviço Social, não há no organograma o cargo de assistente social, sendo que, as duas profissionais desempenham funções que permeiam a direção administrativa-financeira e a técnica-operacional. Entretanto, por ser uma empresa pequena, as ações a serem executadas por elas vão depender da função que precisa ser desenvolvida em cada situação apresentada.

A entrevistada 1, formada há dezenove anos pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador (ESSUCSAL), possui especialização em Auditoria e Gestão Ambiental, e atua na área socioambiental há quinze anos, sendo seis na Dialogue Sustentabilidade exercendo a função de diretora administrativa-financeira, e desenvolvendo propostas de atuação, atividades em campo, contabilidade, fechamentos de contrato, etc.

A entrevistada 2 é formada, também pela ESSUCSAL, há vinte e dois anos, sendo especialista em educação ambiental, com formação em psicodrama e dinâmica de grupo. No campo socioambiental exerce sua prática há doze anos, e na instituição estudada há quatro anos ocupando a função de diretora técnico-operacional, que envolve: a elaboração de propostas de atuação e prospecção de cliente, execução de serviço, organização logística para execução dos serviços, planejamento, etc.

Nas Ciências Sociais, a maioria de suas pesquisadoras e pesquisadores valoriza o estabelecimento de um maior contato com os sujeitos envolvidos no processo. E para isto, lançam mão da utilização de procedimentos e métodos que estimulem uma maior aproximação entre sujeito e objeto. Pensando nisto, para o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizados dados quantitativos e qualitativos, tanto apontados por fontes bibliográficas, quanto através do levantamento dos dados obtidos em entrevistas realizadas com as duas assistentes sociais, também supervisoras de estágio, que como já retratado atuam como sócias-diretoras na empresa privada Dialogue Sustentabilidade.

Minayo (2002, p.18) nos aponta que para instituição de uma pesquisa social o ponto de partida deve acontecer de uma inquietação/problematização levantada pelo pesquisador ou a partir de fenômenos externos que o instiga. Além do que, esta surge por meio da elaboração de pressupostos para responder a estas inquietações. Entretanto, por mais elaborada que possa ser uma pesquisa ela não consegue abarcar todas as nuances que o fenômeno estudado apresenta. Por isto, ao longo deste trabalho pode-se perceber que diversas indagações foram levantadas, embora

não tenhamos adentrado profundamente em cada uma delas. Contudo, pensamos que sejam de grande valia, considerando que objetivamos estimular uma reflexão crítico-dialética, aspecto que é fundamental na atuação profissional.

Assim sendo, a escolha da temática e da instituição trabalhada decorreu da experiência de estágio obrigatório e não obrigatório vivenciado entre os anos de 2018 a 2020 na referida instituição. Não sendo possível ampliar a pesquisa a outras instituições devido às intercorrências oriundas do contexto pandêmico atual.

O contato para agendamento das entrevistas com as profissionais foi realizado por meio telefônico e aplicativo de mensagens. Porém, cabe ressaltar que devido ao momento de pandemia do coronavírus que estamos vivenciando, e as mudanças administrativas e de funcionamento de todas as instituições, houve a impossibilidade da realização de encontro presencial para aplicação das entrevistas, sendo estas executadas através do meio remoto, Google Meet.

Sendo assim, a coleta de dados foi realizada através: da observação, e da aplicação de questionário (APÊNDICE A) e de uma entrevista semiestruturada (APÊNDICE B) aplicados durante os meses de outubro e novembro de 2020, sendo transcritos e separados por eixo temáticos, buscando-se apreender a percepção das profissionais sobre: a necessidade do aumento da inserção do Serviço Social, os desafios apresentados à profissão, e as expressões da questão social mais evidentes em seus processos de trabalho.

Fundamentados no método dialético almejamos compreender: as contradições existentes no campo sócio-ocupacional estudado, as expressões da questão social, e as possibilidades de atuação das (os) assistentes sociais, superando a mera aparência apresentada em seus fenômenos, tendo em vista que, através do conhecimento da dialética, podemos “captar o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, perceber o que o objeto é e como chegou a ser o que é (seu processo de constituição), quais seus fundamentos, sua capacidade de transformar-se em outro.” (GUERRA, 2009, p.5)

E além dos fundamentos marxistas, as bases conceituais que foram utilizadas nesta pesquisa são adotadas pelo Serviço Social no embasamento da sua formação teórico-metodológica.

Principais autoras e autores na profissão trazem a análise de que, a atuação das(os) assistentes sociais se apresenta em um cenário de intensa contradição e

conflitos produzidos pelo sistema capitalista, e que este tende a criar ou agravar as expressões da questão social presentes na sociedade.

E, embora estas e estes profissionais detenham uma análise crítica e reflexiva da realidade, e defendam a garantia intransigente dos direitos, elas e eles estão submetidos à lógica do capital que reforça a relativa autonomia profissional em uma ideologia neoliberal.

Para o Serviço Social, o processo de sistematização da prática permite: identificar e problematizar as condições do exercício profissional, os fenômenos existentes, selecioná-los e classificá-los, identificar suas características, as dificuldades, lacunas, a necessidade de aprofundamento teórico para melhor compreendê-los e a da adoção de determinado referencial-teórico que permita interpretá-los, funcionando como um momento pré-teórico da maior relevância. (GUERRA, 2009, p.8)

Nunes (2018) enfatiza que a intervenção do Serviço Social no campo socioambiental é ainda pouco discutida levando-se em consideração o cenário de contradições impostas pela ideologia capitalista, e que:

Caminhando na direção dos preceitos do Projeto Ético-Político Profissional, afirma-se que o Serviço Social é desafiado e precisa, ao adentrar esta área, superar a aparência dos fenômenos e desenvolver uma leitura radical das manifestações da crise socioambiental que é inscrita como parte da dinâmica da sociedade do lucro. (NUNES, 2018, p.219)

O tratamento dos dados obtidos foi realizado através da metodologia de análise de conteúdo, de Laurence Bardin, oriunda da pesquisa qualitativa, e será descrito ao longo deste capítulo. Para Gomes (2002, p.74), a técnica de análise de conteúdo, obtêm duas funcionalidades. A primeira diz respeito à verificação das hipóteses previamente estipuladas pelo(a) pesquisador(a) visando alcançar as respostas a problemática levantadas, confirmando ou não as suposições criadas. Já a segunda função propõe-se a desvelar o que está por detrás das manifestações coletadas, indo além das aparências que lhe são expostas no primeiro momento.

É importante ressaltar que, objetivando assegurar a confidencialidade das informações obtidas nas entrevistas, bem como o anonimato das profissionais, e em respeito e cumprimento da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (CNS/MS), foi dado aceite da aplicação da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE C) assinado pela pesquisadora e pelas participantes. Uma vez que, a confirmação e

execução das entrevistas envolvendo seres humanos ocorreu após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador (CEP/UCSAL) expressa no número de parecer: 4.339.055 (ANEXO 1).

4.2 Apresentação e Análise de Dados

A partir da pré-análise realizada com os dados coletados das entrevistas foram percebidos assuntos centrais que tratamos ao longo deste trabalho monográfico, e que ambas entrevistadas abordaram. Assim sendo, para uma melhor apresentação e análise dos dados coletados, tanto nas entrevistas, quanto no processo de observação em campo, e questionários aplicados, realizaremos a exposição dos resultados através de eixos temáticos que definimos em:

- Relação homem-natureza;
- Especificidade profissional: desafios e limites do campo socioambiental;
- Papéis societários; e
- Questão social e contexto pandêmico

4.2.1 Relação homem-natureza

Como abordamos no segundo capítulo deste trabalho monográfico, o homem na sua constituição enquanto ser social transforma a natureza e é transformado, por isso, é importante e necessário pensar de que forma as suas relações sociais vêm sendo estabelecidas, principalmente dentro do modo de produção capitalista que rege a sociedade.

É necessário pontuar que, embora seja muito utilizado o termo “atores sociais” para descrever aquelas e aqueles que exercem a sua função enquanto sujeito de direitos e deveres, não a utilizaremos, por tal termo expressar uma alusão a uma encenação, já que, este é o papel de um ator ou uma atriz. Mas, levando-se em consideração o papel que as cidadãs e os cidadãos têm que desempenhar no desenvolvimento da sua cidadania, e que para isso elas e eles precisam estar

conscientes de quem são, e de quem querem ser, adotaremos o termo protagonistas sociais.

As duas entrevistadas expuseram uma preocupação não só a nível do público com o qual elas trabalham, mas, realizaram uma autoanálise de como, enquanto protagonistas sociais, elas têm uma responsabilidade consigo, com o outro e com a sociedade. Isto pode ser ratificado nas seguintes falas:

Eu, enquanto ser humano, participante deste meio, preciso ser um ator, não que recebe, mas que atua. Hoje há um desmonte de tudo. (ENTREVISTADA 1)

O que é que eu quero para os meus filhos e meus netos? Qual é o mundo que eu quero? Um mar lindo verde, com o céu super azul como eu vi hoje de manhã quando eu fui andar de *bike*. E isso faz com que a gente mude, se transforme. (ENTREVISTADA 2).

A fala da entrevistada 2 demonstra nitidamente a sua compreensão e sensibilidade acerca dos princípios e valores defendidos na CF de se buscar um meio ambiente ecologicamente equilibrado e que garanta a qualidade de vida das presentes e futuras gerações. Porém, como bem dito pela entrevistada 1, há um desmonte e fragilização da ideia de que os indivíduos são importantes para o exercício da cidadania e que, mediante a isso, precisam desenvolver uma análise crítica a partir da sua realidade, tornando-se seres propositivos que não visam somente à satisfação das necessidades individuais, mas sim coletivas.

Ao longo da experiência de estágio obrigatório e não obrigatório, por exemplo, foi possível identificar uma não organização comunitária em diversas comunidades do território de identidade da Região Metropolitana de Salvador (RMS), muitas vezes movida por conflitos religiosos, políticos e ideológicos, o que ocasionava o enfraquecimento das lutas da localidade, bem como a impossibilidade de resolução das problemáticas enfrentadas.

Cabe situar que a atuação da Dialogue Sustentabilidade nestas comunidades, até o dado momento, eram desenvolvidas por meio de contratos firmados com empresas privadas que atendem às condicionantes legais estipuladas pelos órgãos de fiscalização, e que por isso, intervenções mais aprofundadas neste aspecto da mediação de conflitos esbarram nos limites profissionais, ou seja, naquilo que as assistentes sociais foram chamadas ou se propuseram a realizar, ou como retrata lamamoto (2009, p.33), na relativa autonomia posta aos assistentes sociais, e que será discutida detalhadamente mais a diante.

É olhar para a relação que está atrás dessa preservação. [...] E aí quando se fala de relação, fala-se de problemática, de questão social. (ENTREVISTADA 2).

Pensar em Serviço Social é apreender a dialética existente nas nossas relações sociais que vão estruturar todas as dimensões que as compõem, sejam elas culturais, econômicas, políticas, ambientais e sociais. Assim sendo, não podemos dicotomizar as intervenções e investigações realizadas pelas (os) profissionais de Serviço Social sem o entendimento de totalidade que tanto discutimos. E no trato com as (os) nossas (os) usuárias (os) não é diferente. Só podemos intervir ou estudar as refrações das quais os indivíduos estão submetidos, se buscarmos compreender essa transversalidade, e como a (o) outra (o) se enxerga neste contexto.

As duas entrevistadas expuseram essa perspectiva ao refletirem sobre a sua prática no campo socioambiental ao afirmarem que:

Existe a necessidade da gente entender [...] Como é que esse homem lida com as questões ambientais do ponto de vista do que é fauna, do que é flora, qual relação dele com isso. É necessário dentro das questões sociológicas. (ENTREVISTADA 2)

Até que ponto o Serviço Social quer se fazer presente nesse novo contexto, nessa nova realidade, nesse novo mercado? E eu aceitaria isso de qualquer profissão, mas não aceitaria da minha que eu sei que é pura dialética. (ENTREVISTADA 1)

Ao ser questionada sobre a incidência da contextualização sócio-histórica dos últimos cinco anos na sua prática profissional, a entrevistada 2 expôs uma inquietação e angústia que, indo além do profissional, atinge também o seu pessoal na sua relação enquanto cidadã e protagonista social quando expõe:

Uma transformação dessa, uma formação desta, mexe na nossa consciência, no nosso analisar a gente no mundo, muito mais do que enquanto profissional, enquanto pessoa mesmo, enquanto futuro. (ENTREVISTADA 2)

4.2.2 Especificidade profissional: desafios e limites do campo socioambiental

Pensar a atuação do Serviço Social dentro da Dialogue Sustentabilidade é algo que exige, para quem não está familiarizado com a perspectiva, um esforço para compreender que, por exemplo, embora o objeto de intervenção do Serviço Social seja a questão social, dentro da instituição, não quer dizer que diretamente as profissionais vão intervir nela. Há a incidência destas expressões? Sim! Há. Contudo, não é possível, atuar sobre todas as que se mostram.

Sendo assim, é utópico achar que a (o) assistente social irá dar conta de todos os desdobramentos que se apresentam. E ao não realizar estas intervenções as (os) profissionais não são incompetentes ou estão violando os princípios defendidos no seu Código de Ética, mas sim, estas (es) compreendem para que foram contratados, qual a função sua e do seu contratante naquela determinada atividade, e quais os desdobramentos que podem ser dados. Não sendo assim profissionais messiânicos nem fatalistas, mas cientes do que lhes compete.

E este limite profissional, a entrevistada 1 denominou também como uma proteção psicossocial por poder não ser tão impactada, psicologicamente falando, caso a impotência em determinadas situações venha a acontecer.

Posso ajudar a comunidade dizendo qual é o caminho, mas não sou eu que vou caminhar com ela para fazer este caminho acontecer. [...] A gente não trabalha com habitação, a gente não trabalha com moradia, a gente não trabalha com geração de emprego. A gente trabalha com o conceito de sustentabilidade. [...] estas outras questões se não tiverem resolvidas interferem na sustentabilidade? Interferem. Só que não é competência do meu cliente, das empresas privadas, resolverem a questão social. De quem é a responsabilidade de resolver as questões sociais? Do governo.
(ENTREVISTA 1)

Este ponto de vista exposto pela profissional demonstra que a mesma tem total convicção do seu papel enquanto consultora/assessora e representante dos seus clientes diretos dentro das comunidades. Além de confrontar e complementar o posicionamento que trouxemos ao longo desta pesquisa de que, as (os) assistentes sociais podem atuar em qualquer espaço, pois, em todos há o seu objeto de intervenção e investigação, na medida em que é expressa a necessidade das (os) assistentes sociais entenderem e se apropriarem dos limites profissionais que seu campo de atuação exige.

Compreendemos que a afirmação: “Sou assistente social da saúde, da habitação, da educação”, etc. compactando a prática profissional, é utilizada de uma maneira equivocada, já que, a (o) profissional é assistente social e ponto. E por isso, não pode e não deve ser pensado em “caixinhas” que dificultam a sua inserção nos demais campos.

Sabemos que é necessária a apropriação das particularidades do campo que as (os) assistentes sociais irão exercer a sua prática, mas, a essência da profissão, que nos é passado através dos arcabouços teórico-metodológico, ético-político, e técnico-operativo nos dão subsídios para tal. Por isso, essa compartimentação vai de encontro aos próprios princípios defendidos enquanto profissão, tendo em vista que, a sociedade é contraditória e dialética. Então porque tentar acondicionar o Serviço Social?

As duas entrevistadas trazem esse aspecto como um dos desafios à sua prática dentro do campo socioambiental pelo fato das (os) estudantes não vislumbrarem essa possibilidade de atuação em seus processos formativos, ao afirmarem que:

Um hospital eu chego lá e sou estagiária do Serviço Social do hospital, em uma empresa eu sou estagiária do RH da empresa, enfim. Na escola eu sou a assistente social que vou lidar com as relações aluno/família. Mas na área socioambiental? (ENTREVISTADA 2)

Se tem sustentabilidade, tem comunidade, tem assistente social, tem questão social. Acabou. Eu nem precisava defender. Espera aí gente, cadê o Serviço Social aí na sustentabilidade? [...] Eu perguntaria a faculdade. O Serviço Social da universidade faz parte desse entendimento de sustentabilidade, ou ela continua vendo o meio ambiente como uma coisa separada do ser humano? (ENTREVISTADA 1)

As duas entrevistadas demonstraram ter perfis profissionais diferentes em alguns pontos, também devido às experiências no mercado de trabalho antes de serem sócias-diretoras na referida empresa, porém, complementares quando se analisa a competência profissional no âmbito estudado.

Foram inúmeros os desafios e limites apresentados, contudo houve pontos em que os posicionamentos dados convergiam para o mesmo fim. Sendo eles: a deficiência na discussão acadêmica referente à área socioambiental como campo de atuação do Serviço Social; enfrentamento maior com outras profissões por conta da baixa quantidade de assistentes sociais; quebra de estereótipos caritativos atribuídos a profissão; reflexos do projeto ultraneoliberal; angústias profissionais;

dificuldade no protagonismo social por parte da parcela mais vulnerável da sociedade; responsabilidade social dos clientes diretos; etc.

A dinâmica dentro da própria instituição sempre exigiu no processo de estágio realizado um aprimoramento teórico-metodológico constante tendo em vista que a prática de assistentes sociais não se esgota com os conteúdos adquiridos dentro dos campos universitários, ou com a conclusão do curso superior. Ao contrário, ela é constante.

No início da prática de estágio na Dialogue Sustentabilidade foi inquietante compreender como a consultoria e assessoria e a própria prática das assistentes sociais se desenvolvia nos moldes de uma empresa privada. E embora tenhamos discorrido como o capitalismo selvagem provoca o agravamento da questão social e a degradações socioambientais no capítulo 2, a instituição pesquisada mostra-se como um diferencial dentro do mercado na medida em que, mesmo que a sua natureza jurídica a insira no objetivo de lucro, esta busca, por meio de suas ações, contribuir para uma sociedade sustentável na qual haja o equilíbrio entre as dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais, tanto no relacionamento com os seus clientes diretos e indiretos, quanto com sua equipe profissional.

4.2.3 Papéis societários

A entrevistada 2 trouxe um posicionamento sobre o conceito de comunidade provocando uma reflexão da qual concordamos e precisamos evidenciar.

Na nossa sociedade temos o costume de buscar estereotipar, ou como aqui já falamos colocar tudo em “caixinhas”. Entretanto, a nossa profissão nos forma para que estes rótulos sejam rompidos, e que possamos nos aprofundar na complexidade das relações sociais.

Por isso, em um primeiro momento, ao escutarmos a palavra comunidade pode nos ser remetido a visão de áreas rurais, com deficiências ou inexistência de equipamentos sociais, moradores (as) com baixa escolaridade, dentre outras características que discriminam este público sem ao menos apropriar-se das particularidades de sua realidade.

Mas, como a entrevistada 2 nos apresentou ao analisar a sua atuação realizada enquanto empregada:

[...] as vezes quando a gente fala em comunidade [...] a gente cai no apriorismo de achar que é aquele local de baixa renda que não tem estrutura, mas eu quero falar comunidade com uma amplidão de olhar. [...] porque assim, enquanto assistente social dentro de empresa, internamente, eu tinha um trabalho voltado para as questões ambientais, porque era um público interno da empresa. (ENTREVISTADA 2)

Comunidade é todo e qualquer grupo social que compartilha de uma organização societária e interesses comuns, seja dentro de uma empresa, na área rural e urbana. É como a entrevistada 2 relatou, é necessária uma amplidão de olhar. E esta amplidão só nos descortina cada vez mais como o campo de atuação socioambiental é vasto e possível de ser explorado pelo Serviço Social, além de que as possibilidades para a (o) assistente social nesta área não se restringem às condicionantes ambientais, já que, a temática central deste espaço, a sustentabilidade, é muito ampla e compreende os aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais.

Pensar e agir de modo contrário ao exposto, além de precarizar a intervenção que nos propomos realizar, pois, tendemos a pautar nossa prática no senso comum, fere e nega os princípios fundamentais do nosso Código de Ética na medida em que não valorizamos e buscamos conhecer as diversas manifestações que se expressam no local, seja pela sua geografia, cultura, modo de vida, organização societária, características demográficas, territorialidade, e a própria história oral dos sujeitos.

Ainda acerca deste ponto, a entrevistada 1 também apresentou subsídios para esta análise, e expressou uma crítica e os desafios enfrentados pela profissão, que, mais uma vez, expressam um limite profissional que tende a cercear o protagonismo e potência do Serviço Social.

O maior desafio que eu digo é que acreditam que assistente social só trabalha com “coitadinho” e miserável, e que a gente não trabalha com o desenvolvimento comunitário. [...] uma visão geral, é que o assistente social que trabalha com comunidade é pra dar cesta básica, é para levar algum benefício, sabe? E não auxiliar no desenvolvimento da cidadania e no próprio empoderamento da comunidade. (ENTREVISTADA 1)

E como competir com este desafio? Como desconstruir um estereótipo que esteve presente desde a gênese da profissão? Como fazer isto em um país extremamente desigual socialmente, e que tem a maioria da sua população

carecendo de proteção social e políticas públicas transformadoras e não compensatórias?

A trajetória é árdua. Mas em momento algum ao longo desta pesquisa dissemos que só as (os) assistentes sociais são os profissionais que devem atuar nas intervenções apresentadas. Embora defendamos a sua atuação no campo socioambiental, as (os) assistentes sociais são aquelas (es) que também contribuem, e com um olhar muito mais preparado para a realidade.

E com isso, entramos na dimensão da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade necessárias nas relações sociais de trabalho e na própria formação profissional em Serviço Social.

No decorrer dos mais de dois anos de estágio obrigatório e não obrigatório na instituição estudada, foi possível perceber esta dimensão na relação com outras profissões, desde a presença da comunicóloga enquanto também sócia-diretora da empresa, como através do contato com arte-educadores, instrumentistas, assistentes sociais, assistentes administrativas, etc., o que reforça a compreensão de que o conceito de sustentabilidade é interdisciplinar.

A nossa formação acadêmica por si só compreende uma diversidade de disciplinas como economia política, direito, sociologia, psicologia, antropologia, estatística, além daquelas específicas para profissão. Esta estruturação se explica na medida em que a ideologia marxista, da qual constantemente nos alimentamos, enxerga a realidade por meio de uma perspectiva de totalidade e contradições que não podem ser investigadas a partir de situações isoladas e sem inter-relação.

Contudo, há algo nesta equação que não podemos esquecer que é o entendimento de que, embora tenhamos essa formação acadêmica multidisciplinar não temos a especificidade das profissões ligadas a estas disciplinas.

Posicionamento este que foi relatado na fala da entrevistada 2 ao dizer que:

a gente tem uma generalidade dessas disciplinas, mas a gente não tem a especificidade das disciplinas. E é por isso que eu acho que o trabalho multidisciplinar e interdisciplinar traz um ganho para gente que é importante. Porque eu tenho a possibilidade de ter o olhar do outro profissional que possa me auxiliar neste trabalho [...] se eu for achar que somente o assistente social tem expertise para a área perde todo mundo. (ENTREVISTADA 2)

Já fazendo uma análise sobre a sua prática profissional dentro da Dialogue Sustentabilidade, a entrevistada 1 provocou o entendimento de que o campo socioambiental não é privativo do Serviço Social.

E aí vem a minha grande defesa de que a área socioambiental é uma área de atuação do serviço social, mas não só do assistente social. Então o que o eu fazia e o que eu faço não é exclusivo do Serviço Social, eu não preciso ter CRESS para fazer o que eu faço. Mas o fato de eu ter formação acadêmica em Serviço Social, o fato de eu ter CRESS o meu olhar é diferenciado do que o de um comunicólogo, antropólogo e sociólogo. (ENTREVISTADA 1)

Este olhar diferenciado das (os) assistentes sociais a entrevistada 1 exemplificou a sua efetividade através do conhecimento de políticas públicas, do buscar exercer o que existe enquanto política pública, enquanto lei, enquanto direito e dever.

Dentro da Dialogue Sustentabilidade foi possível evidenciar também, por exemplo, como a atuação da comunicóloga contribui significativamente para as intervenções realizadas. Inclusive sendo abordado pela entrevistada 1 que a dinâmica dentro da empresa é de que, em dados momentos, as duas assistentes sociais precisam silenciar pois o lugar de fala, a competência para aquele momento, é de Comunicação Social e não do Serviço Social. E isto não inviabiliza de forma alguma, a competência das profissionais, pelo contrário, é entender que em nem todas as atividades no campo socioambiental o Serviço Social precisa intervir.

Além disso, a partir da observação de sua relação profissional com as duas assistentes sociais a comunicóloga reconhece a importância e o diferencial do Serviço Social na construção de relacionamentos socioambientais, pois, mesmo que esta área tenha muito mais a presença de profissionais de relações públicas, após a formação acadêmica, as(os) assistentes sociais são aquelas(es) que saem dos campos universitários muito mais preparadas(os) por atuarem pensando na mediação das relações que pode ser desenvolvida entre as partes interessadas, e não só na imagem que será passada das empresas.

No entanto, não podemos afirmar que todas (os) estudantes de Serviço Social saem preparados para atuar neste campo, embora tenham bagagem acadêmica para tanto. E isto ocorre porque nem todos foram apresentados à particularidade da dimensão socioambiental, por exemplo, em seus campos de estágio. E para isto aquelas (es) que escolhem desenvolver sua prática profissional nesta área sentem a

necessidade de se especializarem. O que foi relatado também pelas duas entrevistadas

Na formação acadêmica não houve disciplinas que mostraram que este é um campo do Serviço Social. Não lembro de nada, nem lembro de questão ambiental quem dirá de socioambiental. [...] e isto me fez fazer a minha especialização. [...] eu fui fazer a pós-graduação por que eu sentia a necessidade de conhecer o que era essa falaria ambiental. (ENTREVISTADA 1)

Eu me lembro de que nas aulas de sociologia e antropologia se falava em meio ambiente, mas muito naquela análise que não é aquela análise que a gente tem hoje. [...] da minha vivência de 12 anos dentro da área, que eu fui estudar e entender que o meio ambiente não é só o aspecto natural, o aspecto externo. (ENTREVISTADA 2)

E cabe pontuar que é preciso que estas (es) estudantes se encontrem constantemente em um processo de aprimoramento, cenário este que muitas das vezes nos é impossibilitado devido a uma rotina pessoal e profissional que nos retira tempo, disposição e recursos. E com isso entramos no papel que deve ser desempenhado pelos diversos protagonistas sociais na construção de uma sociedade sustentável.

Olhando para o âmbito acadêmico é preciso que as universidades estejam abertas as discussões dessa “nova” realidade. Provocar espaços de discussões incluindo com outras áreas de conhecimentos, estudos, e reavaliação de matrizes curriculares que estejam mais condizentes com as necessidades da sociedade foram alguns pontos levantados pelas entrevistadas.

Já no âmbito das empresas privadas as duas entrevistadas apresentaram uma visão tanto a nível da Dialogue Sustentabilidade quanto de seus clientes diretos.

Na Dialogue Sustentabilidade as duas teceram uma crítica a dificuldade vivenciada por elas em conseguir candidatas para o estágio de Serviço Social, o que diversas vezes foi tentado pela instituição. Sendo tal situação mostra de uma realidade em que “a conta não fecha” na medida em que, estudantes relatam pelos corredores das universidades a ausência de campos de estágio, mas quando há uma possibilidade não se obtém candidatas. E com isso a entrevistada 1 demonstrou sua inquietação:

Hoje na minha cabeça tem uma pergunta. Será que foi bem divulgado? E aí dentro do modelo de pergunta e resposta a universidade voltaria e

perguntaria: “por que não está tendo estagiário?” “O que eu estou fazendo para mudar isto?” E aí a gente volta para aquilo que eu te falei de construção de conhecimento. Que cabe ao papel da universidade. (ENTREVISTADA 1)

Outra perspectiva trazida pela entrevistada 2 sobre o papel de sua empresa é que ela acredita que a mesma precisa ter um posicionamento político, para inclusive mediar as relações entre comunidade e empresa quando o que é exigido pelos seus clientes diretos não vai favorecer a relação ganha-ganha e a construção e fortalecimento de relacionamentos positivos, um dos princípios da instituição.

4.2.4 Questão social e contexto pandêmico

As implicações oriundas do contexto pandêmico afetaram todas as relações sociais no Brasil e no mundo exigindo uma rápida readaptação e aprimoramento em um curto espaço de tempo. E por meio da observação e dados coletados na pesquisa na Dialogue Sustentabilidade não foi diferente. Neste cenário a instituição demonstrou total comprometimento e expertise tanto com seus clientes diretos, e principalmente, os indiretos, havendo a adesão à modalidade remota em todas as suas atividades.

A pandemia afetou totalmente a minha prática profissional, porque a gente trabalha com relacionamento, e [...] 90 % dos nossos relacionamentos, e aí é relacionamento no entendimento de execução da prática, é presencialmente. Nunca tínhamos feito nenhuma reunião com comunidade de forma virtual. Nunca tínhamos executado nenhum serviço de forma on-line. (ENTREVISTADA 1)

O posicionamento dado pelas duas entrevistadas de como a pandemia tem afetado a atividade na instituição, exemplifica o perfil profissional e a função exercida pelas duas, pois, enquanto a entrevistada 2 levantou aspectos mais direcionados ao técnico-operacional e aos reflexos dessa situação para as comunidades rurais, a entrevistada 1 trouxe mais a dimensão administrativa-financeira. Como pode ser observada nas falas abaixo:

O cenário da pandemia estimulou uma reinvenção dentro da reinvenção que eu acho que deu conta de uma necessidade do meu cliente direto, mas não do meu cliente indireto. Quem me paga está muito feliz com o que eu faço, com essa reinvenção. Quem não me paga monetariamente algum dia pode chegar a abrir um desses grupos de whatsapp e dizer: “Ah! Que massa ele

mandaram isso.” Mas eu não consigo mensurar qual é o ganho real do meu público indireto. (ENTREVISTADA 2)

A maior parte da minha atuação é em cima do cumprimento de condicionantes socioambientais. Então eu não posso dizer que mudou, porque as empresas continuam tendo que cumprir. [...] Suas atividades foram impactadas? Foram. Meu negócio, não. É diferente. (ENTREVISTADA 1)

No entanto, a necessidade de se compreender a dinâmica das comunidades rurais durante a pandemia acentuou uma percepção que já era tida na empresa, mas que foi sentida de forma mais massiva por toda equipe e diretoria. Algumas características são comuns em todos os territórios trabalhados, sendo eles: a oscilação constante da conexão de internet ou a falta desta, o compartilhamento de um único aparelho entre toda família, ou a inexistência deste, e o impacto psicossocial decorrente do distanciamento físico veio sendo relatado por diversos comunitários. Então como atuar com todas essas particularidades apresentadas?

O contexto de pandemia tem, além de criado e ampliado as expressões da questão social, retomado um discurso assistencialista dentro das comunidades, e isso, na fala da entrevistada 2 tem lhe angustiado e inquietado ao afirmar que: “romper com o caráter assistencialista nesse cenário de pandemia é muito complicado porque a gente não está nesse tête-à-tête. Virtualmente é muito difícil a gente saber o que está chegando até lá.”. Pois, ao adentrar esta seara as(os) protagonistas sociais vão se distanciando da discussão do que são os seus direitos fundamentais.

No segundo semestre de 2020, o retorno das atividades em campo da instituição foi realizado, mas, adotando-se protocolos de segurança e prevenção ao coronavírus. Situação essa que despertou na equipe o sentimento de medo e felicidade ao rever membros das atividades desenvolvidas. Entretanto, a partir de uma observação e escuta ativa, o cenário encontrado foi de ampliação das carências que já existiam e que pela pandemia foram agudizadas, sendo expressas em falas e solicitações de cunho caritativo.

É notório como a análise constante de contexto se fez presente em todas as falas trazidas pelas entrevistadas, e esta análise é a compreensão de que tudo é mutável, que a dinamicidade das relações sociais se desenvolve em um fluxo intenso, e que as(os) assistentes sociais são chamadas(os) a permanente reinvenção e reconhecimento de seu papéis no relacionamento construído com todas as partes interessadas.

A observação também realizada durante este período pandêmico descreve como o pouco (muito) quem vem sendo desenvolvido pela Dialogue Sustentabilidade, tem contribuído para transformações sociais quando é percebido, por exemplo, um avanço no fortalecimento de vínculos com comunitárias (os) que não tiveram um convívio presencial com a equipe e diretoria, ou ainda quando as discussões entre o público jovem o desperta a ter uma análise crítica sobre a sua realidade, e vislumbrarem um crescimento social de si mesmos.

Como já exposto ao longo deste trabalho a parcela dita vulnerável da sociedade tende a ser a mais impactada pelos desmontes, degradações ambientais, e pelas mazelas ocasionadas pelos lados negativos da acumulação capitalista. O que não a retira da sua possibilidade de ser protagonista da sua própria história, só a dificulta de enxerga-la.

[...] existe uma necessidade política de “emburrecimento” do povo. Nunca foi tão forte a história do pão e circo, nunca foi tão forte a necessidade de se desvirtuar o conhecimento do povo através do viés apenas de uma fé. [...] enquanto comunidade eles vão ter que sair desse lugar de fala de vitimização, e quando eu quero dizer isso eu não estou achando que eles se vitimizem porque eu não acho. Eu acho que colocaram eles dentro desse lugar de fala, e aí essa transformação de saída é muito complicada. (ENTREVISTADA 2)

E nisto reforça-se a defesa de se ter profissionais que com o olhar atento, crítico e sensível a todas essas questões possam caminhar junto a estes sujeitos no seu processo de reconhecimento. O que também foi relatado no olhar sensível da entrevistada 1 na sua atuação da Dialogue Sustentabilidade nesta realidade de distanciamento social:

O primeiro sentimento que a gente teve foi: a gente não pode abandonar as nossas comunidades nesse momento que elas estão se sentindo muito abandonadas, apesar de ter sido algo geral. E a questão social é muito mais pesada para quem tem renda e condições mais escassas. (ENTREVISTADA 1)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida neste trabalho de conclusão de curso partiu de uma inquietação acerca das possibilidades de atuação do Serviço Social na área socioambiental, considerando as refrações da questão social no atual contexto, que veio, na nossa compreensão, a ser respondida com satisfatória reflexão empírica e bibliográfica.

Um dos nossos objetivos com este trabalho não foi o de concluir as inúmeras questões aqui levantadas, mas, ressaltar que a reflexão crítica tão necessária e defendida para e pelo o Serviço Social, e para todos os entes societários, pudesse ser retroalimentada.

Abordar a temática do Serviço Social no campo socioambiental foi algo que despertou inquietação, pelo fato de haver certa propriedade sobre o assunto, decorrente da prática de estágio obrigatório e não obrigatório. Além disto, esta inquietação foi provocada devido a constatação de certo desinteresse, desvalorização e desconhecimento do tema a nível da sociedade e do âmbito acadêmico.

Contudo, após diversas reflexões, essas inquietações serviram como impulso para o acolhimento do assunto, tornando-se cada vez mais fundamental sua discussão, tendo em vista a conjuntura na qual vivemos. A partir daí, sentimo-nos na obrigação de provocar algumas reflexões aos protagonistas sociais citados ao longo deste trabalho.

Em relação à Universidade, questionamos se a discussão acadêmica acerca da sustentabilidade tem permitido a compreensão de pertencimento entre o seu corpo discente e docente. Aos Estudantes do curso de Serviço Social: temos nos aprofundado no abrangente projeto ético-político da profissão escolhida a fim de romper com rótulos aplicados a ela? Aos Cidadãos e Cidadãs: estamos fazendo valer os nossos deveres e direitos previstos em Constituição? As Empresas Privadas: suas ações favorecem o desenvolvimento de uma sociedade sustentável? E ao Estado: o seu objetivo fundamental de garantir o desenvolvimento nacional está de acordo com os princípios de uma sociedade sustentável?

A pandemia do coronavírus expressou-se como um desafio para execução desta pesquisa pela abrupta mudança a qual fomos acometidos refletidas na troca

da modalidade presencial para remota, na diminuição do contato físico tão importantes para o processo de aprendizado, tendo em vista o isolamento social, e pelo adoecimento psicossocial enfrentado.

Por outro lado, a escassez de teóricas (os) dentro do Serviço Social que estudam o campo sócio-ocupacional estudado, foi outro limite enfrentado, fazendo com que nos apropriássemos de temáticas transversais, inclusive de outras áreas de conhecimento, para compreender parte da complexidade estudada. E pensando nisto, constatamos que esta pesquisa vem contribuir para ampliação do material teórico e para as discussões existentes e futuras.

Sabemos que tempos desafiadores vem se desdobrando nacional e mundialmente. Um cenário de crises econômicas, políticas e sociais, degradações ambientais e aumento das desigualdades sociais. Contudo, esperamos ter conseguido despertar, em primeiro lugar, a necessidade de se ter todos os entes societários cientes dos seus papéis, e empenhados na consolidação de uma sociedade sustentável, que preza pela qualidade de vida desta e das próximas gerações.

Para o Serviço Social, desejamos que tenha sido possível vislumbrar as inúmeras possibilidades que se apresentam a profissão no campo socioambiental, de modo que, o olhar crítico, o caráter de reinvenção e o desbravamento da realidade, inerentes a nossa formação, nos conceda a oportunidade de ampliação e consolidação da cidadania almejando a garantia intransigente dos direitos civis, políticos e sociais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Ivy de Souza. Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos. **Opinião Jurídica**, vol. 12, n.24, p.97-100, jul./dez. 2013.
- ALENCAR, Mônica Maria Torres; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do Capital e Novas Determinações do Trabalho Profissional. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 12 n. 2 p. 161-169 jul./dez. 2009.
- ALMEIDA, Andréia Cristina da Silva. O Debate Sobre o Objeto do Serviço Social: Reflexão Sobre a Atuação do Serviço Social Frente à Questão Social. *in*: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, set. 2009. **Anais eletrônicos [...]** São Paulo: Encontro Toledo de Iniciação Científica, 2009. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/2181>. Acesso em 13 de jun. 2020.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos Éticos do Serviço Social. *In*: SOCIAL, Conselho Federal de Serviço. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009. p.165-184.
- BEHRING, Elaine Rossetti. SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questão Social e Direitos. *In*: SOCIAL, Conselho Federal de Serviço. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009. p.267-284
- BEZERRA, Juliana. **Desastre de Mariana**. 2020. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/desastre-de-mariana/>. Acesso em: 09 de ago. 2020.
- BIS, Keila. **Leonardo Boff: Devemos Mudar Nossa Relação com a Terra**. 2020. Disponível em: <https://www.yam.com/vc/equilibrio/791448/leonardo-boff-precisamos-mudar-nossa-relacao-com-terra>. Acesso em: 08 de out. 2020.
- BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. *In*: SOCIAL, Conselho Federal de Serviço. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009. p.575-592.
- BRASIL, Greenpeace. **Ações Efetivadas e Promessas nos Primeiros 100 Dias de Governo Bolsonaro**. 2019. Disponível em: <https://www.greenpeace.org.br/hubfs/atos-medidas-bolsonaro-100dias.pdf>. Acesso em 08 de mar. 2020.
- _____. **Retrocessos Ambientais Marcam os 100 Dias do Governo Bolsonaro**. 2019. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/retrocessos-ambientais-marcam-os-100-dias-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 08 de mar. 2020.
- _____. **Episódio 1: Você sabe de onde vem a sua comida? (1/3)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AELP19ocg38&t=496s>. Acesso em: 24 de ago. 2020.

BRASIL, Presidência da República do. **Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6.938/81**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 06 de mai. 2020.

_____. **Decreto Nº 8.127, de 22 de Outubro De 2013**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8127.htm Acesso em: 09 de ago. 2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 de mai. 2020.

BRUNDTLAND, Gro Harlem (Org). **Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Nosso Futuro Comum**. 2ª ed, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1991.

CALIXTO, Bruno. **O Desmanche Ambiental do Governo Temer**. 2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/09/o-desmanche-ambiental-do-governo-temer.html>. Acesso em 08 de mar. 2020.

DÍAZ, Alberto Pardo. **Educação Ambiental Como Projeto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FONTES, Lucas . **Por que a Sustentabilidade no Capitalismo é Uma Utopia?** 2019. Disponível em: <https://medium.com/@lucasfontes/por-que-a-sustentabilidade-no-capitalismo-%C3%A9-uma-utopia-f1acc54cb054>. Acesso em: 29 de set. 2020.

G1. **Há 3 Anos, Rompimento de Barragem de Mariana Causou Maior Desastre Ambiental do País e Matou 19 Pessoas**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/25/ha-3-anos-rompimento-de-barragem-de-mariana-causou-maior-desastre-ambiental-do-pais-e-matou-19-pessoas.ghtml>. Acesso em: 29 de ago. 2020.

GOMES, Nilvania Alves. **Serviço Social e Interdisciplinaridade: Confluências e Desafios**. 2016. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/b0/b05174b2-f299-4679-8d9a-70cdd43580ed.pdf>. Acesso em: 31 de mar. 2020.

GOMES, Romeu. A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 67-80.

GUERRA, Yolanda. A Dimensão Investigativa no Exercício Profissional. *In*: SOCIAL, Conselho Federal de Serviço. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009. p.701-718.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos CEDES**, v.21, n.55, nov.2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Cena Contemporânea.** In: SOCIAL, Conselho Federal de Serviço. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília, 2009. p.15-50.

LEAL, Georla Cristina Souza de Gois. FARIAS, Maria Sallydelandia Sobral de. ARAUJO, Aline de Farias. O Processo de Industrialização e seus Impactos no Meio Ambiente Urbano. **QUALIT@S Revista Eletrônica**, v7,n.1, 2008.

LEME, Taciana Neto. Os Municípios e a Política Nacional do Meio Ambiente. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 35, p.25-52, jul./dez. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p.9-29.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “Questão Social” e seu Enfrentamento. **Serv. Soc. Soc**, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

MUNDO, Diário do Centro do. **“O Mundo Está no Momento Mais Perigoso da História Humana”**, diz Noam Chomsky. 2020. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-mundo-esta-no-momento-mais-perigoso-da-historia-humana-diz-noam-chomsky/>. Acesso em 04 de out. 2020.

NUNES, Letícia Soares. SILVA, Amanda Gomes de Medeiros. A Questão Socioambiental e os Desafios ao Serviço Social. **O Social em Questão**, nº 40, p.209-228, jan./ abr. 2018.

_____. **O Debate em Torno da Questão Socioambiental na Formação Profissional do Assistente Social.** 2013. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/O-debate-em-torno-da-quest%C3%A3o-socioambiental-na-forma%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 06 de abr. 2020.

PAULO, Universidade de São. **O desperdício no Brasil.** 2020. Disponível em: <http://www.fsp.usp.br/sustentarea/2020/06/12/o-desperdicio-de-alimentos-e-a-geracao-de-residuos/>. Acesso em 08 de out. 2020.

PETROLEIRO, Debate. **Racismo Ambiental na Bahia: a (re)escravidão do Quilombo Rio dos Macacos.** 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=behASSeuyxc>. Acesso:03 de nov. 2020.

RIBEIRO, Josuel Stenio da Paixão. Os Contratualistas em questão: Hobbes, Locke e Rousseau. **Prisma Jur.**, v.16, n.1, p. 3-24, 2017.

RODRIGUES, Sabrina. **Retrospectiva: Rompimento da barragem de Brumadinho foi a primeira grande tragédia ambiental do ano.** 2019. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/noticias/rompimento-da-barragem-de-brumadinho-e-a-primeira-grande-tragedia-ambiental-do-ano/> . Acesso em: 09 de ago. 2020.

SAMPAIO, Cristiane. **Fome Atinge 10,3 Milhões e 44% das Famílias Rurais Sofrem com Insegurança Alimentar.** 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/17/fome-atinge-10-3-milhoes-e-44-das->

familias-rurais-sofrem-com-inseguranca-alimentar#:~:text=A%20fome%20no%20Brasil%20chegou,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20(IBGE) . Acesso em: 08 de out. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. 1ªed. Coimbra: Edições Almedina, S.A, 2020.

SANTOS, Carina Freitas dos. et al. Educação Ambiental: Um Processo de Relacionamento Entre as Partes Interessadas. *In*: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA,10.2019, Bahia. **Anais eletrônicos [...]**. Bahia: Universidade Católica do Salvador,2019. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1364>. Acesso em: 08 de out. 2020

SANTOS, Douglas. **O Que Se Sabe Até Agora Sobre o Derramamento De Óleo No Nordeste**. 2019. Disponível em: https://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?73944/O-que-se-sabe-ate-agora-sobre-o-derramamento-de-oleo-no-Nordeste. Acesso em: 09 de ago. 2020

SILVA, Amanda Gomes de Medeiros. **Atuação do Assistente Social no âmbito da questão socioambiental**. 2013. 115f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SOCIAL, Conselho Federal de Serviço. **Código De Ética Do/A Assistente Social**. Lei 8.662/93 De Regulamentação Da Profissão. 10ª. ed. Brasília: CFESS, 2012.

_____. **Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia**.2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalho-telepericiacfess.pdf>. Acesso em: 08 de nov. 2020.

SOUZA, Vilmaria Caroline Ramos de. **A Educação Ambiental na Visão Emancipatória de Paulo Freire**. 2016, 45p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas). Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Maranhão, Chapadinha, 2016.

TAVARES, Maria Augusta. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. *In*: SOCIAL, Conselho Federal de Serviço. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009. p.239-254.

UNIÃO, Defensoria Pública da. **Interfaces do Racismo: Racismo Ambiental**. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3lXobCS1n-k> . Acesso em: 24 de ago. 2020.

UNIÃO, Controladoria Geral da. **Execução da Despesa por Órgão**. 2020. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/orgaos-superiores>. Acesso em 15 de ago. 2020.

UNIDAS, Organização das Nações. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em 09 de ago. 2020.

VACCHIANO, Marcelo Caetano. Retrocessos da Legislação Ambiental. Do Trabalho Escravo ao Uso Desenfreado do Agrotóxico, Derrocada do Código Florestal e do Licenciamento. **Revista Jus Navigandi**, n.5382, 27 mar. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/59149>. Acesso em: 14/05/2020.

APÊNDICE A - Questionário

Título da Pesquisa: Serviço Social no Campo Socioambiental: Contexto de Mudanças e Impactos na Questão Social

Data: _____

Número do questionário: _____

1. Nome: _____

2. Sexo:

()Feminino ()Masculino

3. Formação: _____

4. Há quanto tempo a senhora atua no campo socioambiental? E na referida instituição?

5. Qual o seu cargo/função na instituição?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista

Título da Pesquisa: Serviço Social no Campo Socioambiental: Contexto de Mudanças e Impactos na Questão Social

Instituição: _____

Assistente Social: _____

- 1- Quais atividades são desempenhadas pela senhora na instituição?
- 2- Já atuou no campo socioambiental antes de se encontrar na instituição atual? Se sim, Quais as principais alterações que você percebe no seu exercício profissional comparando a instituição atual e agora?
- 3- Foi apresentado o campo socioambiental como uma possibilidade de atuação durante a sua formação acadêmica?
() SIM () NÃO
- 4- Como hoje, a partir da sua experiência profissional, pensa essa discussão no espaço universitário?
- 5- Qual a importância e desafios do trabalho multi e/ou interdisciplinar no seu exercício profissional?
- 6- Temos acompanhado já há algum tempo algumas atuações a nível federal no que diz respeito ao meio ambiente. Como o contexto histórico, político e social dos últimos cinco anos incide na sua prática?
- 7- Esse contexto estimula a ampliação e criação de expressões da questão social ao público atendido na instituição? Se sim, em quais aspectos é mais perceptível?
- 8- Como o contexto de pandemia do coronavírus afetou a sua prática profissional?
- 9- Que ações você acredita que precisam ser adotadas para que se mude a realidade que está posta?

APÊNDICE C - Termo de consentimento livre e esclarecido

A senhora está sendo convidada a participar, como voluntária, de uma pesquisa intitulada: **Serviço Social no Campo Socioambiental: Contexto de Mudanças e Impactos na Questão Social**, que será desenvolvida pela pesquisadora, Carina Freitas dos Santos, aluna do curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador.

Esta pesquisa tem por objetivo: investigar a especificidade da atuação do Serviço Social no campo socioambiental e as expressões da questão social a ele articuladas, sobretudo nos últimos cinco anos. Para a coleta de dados/informações será realizada observação, questionário, e entrevista semiestruturada.

Esta atividade não é obrigatória e, a qualquer momento, a senhora poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sem que haja qualquer penalização ou prejuízo para a senhora (Res. 466/12 CNS/MS).

Ao decidir participar deste estudo esclareço que:

- Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista, a senhora poderá deixar de respondê-la, sem que isso implique em qualquer prejuízo.
- As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos e que a sua identificação será mantida em sigilo, isto é, não haverá chance de seu nome ser identificado, assegurando-lhe completo anonimato.
- Devido ao caráter confidencial, essas informações serão utilizadas apenas para os objetivos de estudo. Por isso, a entrevista será gravada para possibilitar o registro de todas as informações dadas, as quais serão posteriormente transcritas; tais gravações serão mantidas sob a guarda da pesquisadora que, após a transcrição não identificada da mesma, apagará o conteúdo gravado.
- Sua participação não implica em nenhum custo financeiro, mas caso tenha alguma despesa em decorrência desta entrevista, a senhora será ressarcida.
- O estudo apresenta benefícios conforme o CNS RES 466/12. Dessa forma, este estudo poderá ajudá-la a autorreflexão e aprimoramento a cerca da sua prática profissional. Além disso, como benefícios indiretos, contribuirá para a ampliação de material acadêmico referente ao campo socioambiental.
- Há o risco de desconforto em decorrência de a entrevista ser gravada e abordar conteúdos íntimos. Caso isso ocorra, a senhora receberá apoio psicológico por parte da pesquisadora.
- Este documento contém duas vias, sendo que uma ficará com a senhora e a outra com a pesquisadora.

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com a pesquisadora, poderá entrar em contato por meio do endereço/telefone:

Carina Freitas dos Santos (pesquisadora): 71 – 992096442
Rua Ápio Patrocínio, nº72, Boa Vista de São Caetano, Salvador – BA – CEP:
40.385,060.

Maura Espinheira Avena (orientadora): 71 - 999650073.

Universidade Católica do Salvador - Av. Cardeal da Silva, 205 – Federação, Salvador-Ba, CEP: 40.231-902.

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador – CEP/UCSAL - Tel: (71) 3203-8913 | Email: cep@ucsal.br
Endereço: Av. Cardeal da Silva, n. 205 – Federação – Salvador/BA – CEP: 40231-902

Eu, _____ aceito, voluntariamente, o convite de participar deste estudo, estando ciente de que estou livre para, a qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Local e data: _____

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

ANEXO 1 – Submissão ao CEP/UCSAL

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SOCIOAMBIENTAL: CONTEXTO DE MUDANÇAS E IMPACTOS NA QUESTÃO SOCIAL

Pesquisador: Maura Leite Espinheira Avena

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 38653120.6.0000.5628

Instituição Proponente: Universidade Católica do Salvador

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.339.055

Apresentação do Projeto:

A autora do projeto, citando Nunes (2018), enfatiza que a intervenção do Serviço Social no campo socioambiental é ainda pouco discutida, levando-se em consideração o cenário de contradições impostas pela ideologia capitalista, precisando superar a aparência dos fenômenos e desenvolver uma leitura radical das manifestações da crise socioambiental, que é inscrita como parte da dinâmica da sociedade do lucro.

Dessa forma, apresenta uma proposta de um estudo qualitativo, utilizando o método dialético através do qual buscará compreender as contradições existentes no campo sócio ocupacional a ser estudado, as expressões da questão social, e as possibilidades de atuação das(os) assistentes sociais, superando a mera aparência apresentada em seus fenômenos.

Serão selecionadas duas assistentes sociais, que atuam na empresa Dialogue Sustentabilidade, onde o contato e a seleção serão feitos por e-mails e telefone para que seja possível verificar a disponibilidade da instituição e das profissionais para a visita de campo. A coleta de dados está estimada para os meses de outubro e novembro de 2020, utilizando como instrumentos a observação, um questionário e um roteiro de entrevista semiestruturada, onde será aplicada a análise de conteúdo.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

Continuação do Parecer: 4.339.055

Relata que se houver impossibilidade das visitas de campo, em virtude da pandemia, buscará realizar as entrevistas com as profissionais, utilizando meios remotos, como: vídeo chamada por meio do aplicativo Google Meet, e-mails e ligações.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL

Investigar a especificidade da atuação do Serviço Social no campo socioambiental e as expressões da questão social a ele articuladas, sobretudo nos últimos cinco anos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar o contexto histórico, social e político do Brasil nos últimos anos, com foco na política de meio ambiente.
- Discorrer sobre a esfera de trabalho socioambiental, analisando a especificidade da atuação do serviço social neste campo.
- Identificar as principais expressões da questão social associadas ao campo socioambiental, refletindo sobre a intervenção do Serviço Social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora descreve que "há o risco de desconforto ou constrangimento em decorrência do momento da aplicação do questionário ou da entrevista que será gravada, devido a abordagem de conteúdos profissionais. Considerando o fato e seguindo as orientações da Resolução n. 510/2016, serão discutidas com os participantes as providências cabíveis, que podem incluir o encerramento da pesquisa e posterior informação ao sistema CEP/CONEP".

Quanto aos benefícios, refere que será possível ampliar o "conhecimento dos aspectos da questão social relacionados ao campo socioambiental; assim como a produção de conhecimento na área do serviço social em sua relação com o meio ambiente e os impactos do capital".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um estudo de qualitativo no campo da dialética de relevância social e ambiental, sobre a atuação do Assistente Social no campo socioambiental, que apresenta objetivos bem definidos, uma contextualização do problema bem fundamentada, referências atualizadas e pertinentes ao tema proposto. Tem caráter acadêmico, realizado para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, com previsão de início de coleta em outubro encerramento dia 31/03/2021.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados todos os documentos pertinentes à realização da pesquisa, em conformidade

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador.Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 4.339.055

com a Resolução 510/2016, tais como: folha de rosto; orçamento; cronograma; Instrumento de pesquisa; termo de anuência da instituição e TCLE com todas as informações essenciais para esclarecimento da proposta da pesquisa.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando que o projeto atende a todos os princípios éticos da pesquisa, vale destacar que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e o relatório final da pesquisa por meio da plataforma Brasil para que sejam apreciados pelo CEP, em conformidade com a Norma Operacional nº 01/13, item XI.2.d.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado acata o parecer do relator e alerta que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e o relatório final da pesquisa por meio da Plataforma Brasil para que sejam apreciados pelo CEP, em conformidade com a Norma Operacional nº 01/13, item XI.2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1635899.pdf	29/09/2020 12:49:37		Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	29/09/2020 09:10:45	Maura Leite Espinheira Avena	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	25/09/2020 16:43:01	Maura Leite Espinheira Avena	Aceito
Outros	Carta.pdf	25/09/2020 16:40:52	Maura Leite Espinheira Avena	Aceito
Outros	Decla.pdf	25/09/2020 16:39:53	Maura Leite Espinheira Avena	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	25/09/2020 16:38:52	Maura Leite Espinheira Avena	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	25/09/2020 11:51:29	Maura Leite Espinheira Avena	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador.Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 4.339.055

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 14 de Outubro de 2020

Assinado por:
Eliana Sales Brito
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br